

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Pedagogia.
Grau: Licenciatura.
Carga Horária: 3.200 h.
Crédito: 20 h.
Vagas: 100 anuais.
Regime: Seriado.
Organização: Semestral.
Modalidade: Presencial.
Turno: Noturno, contudo, os estágios serão realizados no período diurno.
Ingresso: Processo seletivo ou transferência, sem exclusão dos demais processos legais.
Tempo mínimo de integralização: 8 semestres.
Tempo máximo de integralização: 10 semestres.
Entrada: Anual.
Turma: 50 alunos por turma.
Hora-aula: 60 minutos
Instituição: Faculdade de Ensino Superior Pelegrino Cipriani.
Endereço: Av. Tenente Coronel Duarte, 397
Cuiabá – MT.
CEP: 78005-500.
Centro.
Telefones: (65) 3027 2828 * 0800 600 2828.
Endereço virtual: www.faspec.com.br

PROJETO PEDAGÓGICO

DO

CURSO DE PEDAGOGIA

Cuiabá – MT

2017

LISTA DE SIGLAS

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras de Educação Superior
APP	Aplicativo
ATP	Atividades Teórico-práticas
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno
CPA	Comissão Própria de Avaliação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
EEEB	Escola Estadual de Educação Básica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEB	Escola Municipal de Educação Básica
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FASPEC	Faculdade de Ensino Superior Pelegrino Cipriani
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Município
IES	Instituição de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Educação Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PDCE	Plan, Do, Correct, Act
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNE	Plano Nacional de Educação

PCC	Prática como Componente Curricular
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
RH	Departamento de Recursos Humanos
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TDI	Técnica de Desenvolvimento Infantil
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
WiFi	Wireless Fidelity (Algo como Fidelidade sem fio ou tecnologia de comunicação sem utilização de cabos).

LISTA DE SIGLAS.....	2
INTRODUÇÃO	6
1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	7
1.1. Contexto social e educacional.....	7
1.2. A FASPEC.....	9
1.3. Concepção do curso	11
1.3.1. Ingresso no curso	11
1.3.2. Número de vagas, turnos e dimensões das turmas	11
1.3.3. Objetivos do curso	12
1.3.4. Perfil do egresso	12
1.3.5. Estrutura curricular.....	14
1.3.6. Metodologia	18
1.3.7. Conteúdo programático.....	20
2. OPERACIONALIZAÇÃO DO CURSO	21
2.1. O trabalho acadêmico	21
2.2. Atividades teórico-práticas	24
2.3. Atividades Pré-aula	24
2.4. Prática como componente curricular	25
2.5. Estágio curricular supervisionado.....	27
2.6. As TICs no processo ensino e aprendizagem	28
2.7. Apoio ao discente	28
2.8. A avaliação da aprendizagem	29
2.9. Flexibilidade curricular.....	31
2.10. Integração com as redes públicas de ensino	32
3. A GESTÃO DO CURSO	33
3.1. Órgãos colegiados	33
3.1.1. Núcleo Docente e Estruturante	33
3.1.2. Colegiado de Curso	34
3.2. Coordenação e avaliação do curso	36
3.2.1. Coordenador de curso	36
3.2.1.1. Função política	37
3.2.1.2. Função de gestão	37
3.2.1.2.1. Gestão das pessoas	38
3.2.1.2.2. Gestão dos recursos físicos.....	39
3.2.1.2.3. Gestão de processos	40
3.2.1.3. Função Acadêmica	40
3.2.1.4. Função Institucional	41
3.2.2. Avaliação interna e externa do curso.....	42
3.2.3. Acompanhamento e avaliação do PPC.....	43
3.3. Disposições diversas.....	44

3.3.1. Jornadas pedagógicas.....	44
3.3.2. Eventos acadêmicos.....	44
3.3.3. Apoio a órgãos estudantis.....	45
4. CORPO DOCENTE	45
4.1. Corpo docente	45
4.2. Corpo técnico administrativo	47
5. INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS	47
5.1. Salas de aula e apoio	47
5.1.1. Salas de aula	47
5.1.2. Sala de coordenação do curso	48
5.1.3. Sala de professores	48
5.1.4. Sala de trabalho para professores em tempo integral	48
5.1.5. Secretaria acadêmica	48
5.1.6. Ambientes diversos.....	48
5.2. Laboratórios e equipamentos	49
5.2.1. Brinquedoteca.....	49
5.2.2. Laboratório de informática e acesso à Internet	49
5.3. Biblioteca.....	49
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS.....	52
APÊNDICES	54

INTRODUÇÃO

Este Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior Pelegrino Cipriani (FASPEC) destina-se a orientar as atividades acadêmicas desta nova comunidade acadêmica nos seus primeiros quatro anos de funcionamento.

Um projeto é, sempre, uma proposta de intervenção na realidade do presente, na tentativa de antecipar uma realidade futura, diferente e melhor. Ou seja, todo projeto é a idealização de uma realidade, sujeita à resistência de múltiplos fatores: interesses conflitantes, escassez de recursos, mudanças culturais, etc. Enfim, se o projeto intenciona mudar a realidade, esta, por sua vez, em suas resistências impõe-lhe alterações. Disto decorre a conveniência de sua temporalidade relativamente curta: cerca de quatro anos.

Nesse decurso de tempo, a comunidade acadêmica, estimulada pelos gestores da faculdade, a partir do Plano (P), criará situações de ensino e aprendizagem (D), corrigirão as não conformidades (C), tanto do plano à realidade como, desta, ao planejado, com vistas a ajustar o processo (A), de modo que este conjunto (PDCA) configure-se à solicitação de reconhecimento do curso em um PPC novo e melhor.

A fim de que seja referencial seguro para a organização dos múltiplos e complexos processos acadêmicos para a formação de pedagogos, este PPC foi construído em adequação com os atuais instrumentos normativos, em especial, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação inicial de pedagogos quanto as DCN para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica e, ainda, concepções teóricas que propõem teoria e prática como gêneses dos saberes da profissão.

Para tanto, articula-se em cinco partes: organização didático-pedagógica, operacionalização do curso, gestão do curso, corpo docente e infraestrutura. Cada uma dessas partes tem uma finalidade específica, mas, à semelhança de um sistema planetário que orbitam uma estrela, as cinco partes harmonizam-se em torno de um referencial: a formação do profissional professor, considerando a docência como o eixo de referência da formação pedagógica do pedagogo, a qual se vincula inextricavelmente com a gestão, seja da aprendizagem, da sala de aula, da unidade escolar ou, mesmo, de sistemas escolares.

1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

1.1. Contexto social e educacional

Conforme o portal do Governo do Estado de Mato Grosso (GOVERNO DE MATO GROSSO, 2016), em 1525 portugueses já excursionavam pelas terras que, posteriormente, viriam a ser conhecidas como Mato Grosso. Desde então, aos poucos, constituíram-se duas culturas com traços marcadamente diferenciados. Uma ao sul, nucleada em torno de Campo Grande, com forte influência das culturas paulista e mineira; outra, mais ao norte, tendo Cuiabá como centro. Animosidades e interesses contrastantes entre as duas realidades, em processo histórico relativamente estendido, induziram à separação, com a criação, em 1977, do Estado de Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul, então mais desenvolvido, ficou com 55 municípios e Mato Grosso, com 38. Contudo, os dois estados, nessa mesma década começaram a receber numerosos contingentes de pessoas, então, genericamente e com certo desdém, chamados de “sulistas”. Eles mudariam, radicalmente, o perfil econômico dos dois estados, sobretudo de Mato Grosso.

Atualmente, ainda de acordo com o portal oficial do Governo do Estado, o “estado de Mato Grosso é conhecido como o celeiro do país, campeão na produção de soja, milho, algodão e de rebanho bovino” (GOVERNO DE MATO GROSSO, 2016). Segundo a mesma fonte, o PIB mato-grossense apresentou um crescimento chinês, com incremento de 554% entre 1999 e 2012, período no qual o PIB brasileiro cresceu 312%. Este crescimento permitiu a Mato Grosso configurar-se como o 14º PIB, em 2014 e com dados do IBGE, e, estimativamente, o 9º lugar entre os estados, considerando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), conforme artigo de Amorim (2016). Ou seja, a diferença dos dois lugares ordinais é uma boa notícia: os indicadores que formam o IDHM – educação, renda e expectativa de vida – do Estado são menos desiguais em relação à grande parte dos demais estados da federação.

Não obstante os dados auspiciosos em relação ao desenvolvimento econômico, o desenvolvimento da educação apresenta numerosos problemas, semelhantemente ao que ocorre com os indicadores sociais em todos os estados brasileiros. Particularmente, no que se

refere à educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental – etapas privilegiadas do trabalho do pedagogo – alguns dados indicam a dimensão dos desafios a enfrentar.

Enquanto, no Brasil, em 2015, 30,4% das crianças de zero a três estavam matriculadas em creche, em Mato Grosso esse percentual reduzia-se a 22,2%; não muito acima dos 19,8% verificados em 2009; ou seja, pode-se afirmar, com certeza, que Mato Grosso não realizará a meta do Plano Nacional de Educação de, em 2024, ter 50% dessa faixa etária infantil matriculada em creche.

Com relação à matrícula das crianças de 4 a 5 anos, os números são melhores, mas o desfecho será o mesmo: o Estado não logrará a meta de, em 2024, matricular 100% dessas crianças na educação infantil. Enquanto o Brasil, em 2015, havia matriculado 90,5% dessa população, a taxa no Estado era de 83,7%. Isto é, se nos últimos seis anos o Estado avançou oito pontos percentuais, seria necessário dobrar o esforço para matricular, até 2024, os 16,3% da população infantil que estava fora da escola, sobretudo, considerando-se que até 2015, de acordo com a Constituição Federal, a matrícula nessa faixa etária já deveria estar universalizada. (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2016).

Adicionalmente, basta visitar uma creche municipal em Cuiabá ou Várzea Grande para, com poucas perguntas, constatar outra deficiência: considerando Técnicas de Desenvolvimento Infantil (TDI) e professoras, com contrato temporário de trabalho e funcionárias efetivas, menos que metade dessas trabalhadoras com função de ensinar, cuidar e brincar tem formação pedagógica em nível superior. Nas unidades de educação infantil, as taxas de formação em nível superior são sensivelmente maiores, mas ainda distantes do ideal de 100% com formação pedagógica em nível superior.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com 98,1% de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos matriculados e IDEB, nos anos iniciais de 5,5, e certeza de que a meta para o estado, de 5,7, será atingida em 2021, a situação afigura-se tranquila. Acontece que a meta do IDEB é pouco exigente. Com dados da Prova Brasil, que é uma das bases de dado do IDEB, observa-se que, em 2015, em Língua Portuguesa apenas 50% dos alunos do 5º ano, em Mato Grosso, apresentaram o aprendizado satisfatório, dos quais, 35%, o esperado e 15% acima da expectativa, tendo como referência a Escala SAEB, a qual, por sua vez, é menos exigente que a escala do PISA. Em Matemática, na mesma situação descrita para Língua Portuguesa, os dados são desanimadores: apenas 35% dos alunos do 5º ano apresentam o aprendizado

Esses três fatores constituíram-se em lastro para que a E-Cuiabá Soluções para Internet LTDA se decidisse a ampliar a própria contribuição ao desenvolvimento da educação com a criação da FASPEC.

Quadro 1 – Atividades educativas da Uniorka: 2005-2010

Ano	Curso	Cliente	Público Atendido
2005	- Administração e implantação de ensino a distância - Tutoria online - Desenvolvimento de Ensino a Distância - Fornecimento de mídias	Estado de Mato Grosso Escola do Governo	Servidores
2005	- Administração e implantação de ensino a distância - Tutoria online - Desenvolvimento de Ensino a Distância - Fornecimento de mídias	Estado de Mato Grosso Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia	Servidores
2005	- Administração e implantação de ensino a distância - Tutoria online - Desenvolvimento de Ensino a Distância - Fornecimento de mídias	Estado de Mato Grosso Secretaria de Estado de Educação	Servidores
2005	- Desenvolvimento e apresentação de projeto de educação ambiental	Estado de Mato Grosso Secretaria de Estado de Educação	Servidores
2005	- Desenvolvimento e apresentação de projeto de gestão escolar	Estado de Mato Grosso Secretaria de Estado de Educação	Servidores
2005	- Desenvolvimento de portal educacional e ambiente interativo - Tutoria online - Desenvolvimento de Ensino a Distância - Fornecimento de mídias	Estado de Mato Grosso Secretaria de Estado de Educação	Servidores
2006	- Desenvolvimento de portal educacional e ambiente interativo - Tutoria online - Desenvolvimento de Ensino a Distância - Construção de mídias	Estado de Mato Grosso Secretaria de Estado de Educação	Servidores
2006	- Desenvolvimento de portal educacional e ambiente interativo - Tutoria online - Desenvolvimento de jogos eletrônicos. - Fornecimento de mídias	Estado de Mato Grosso Secretaria de Estado de Educação	Servidores
2008	- Informática Avançada - Direito Administrativo - Orçamento Público - Contratos e Convênios públicos.	Estado de Mato Grosso Escola do Governo	1.600 alunos
2008	- Curso de Linux Educacional	Estado de Mato Grosso Secretaria de Estado de Educação	630 alunos
2008	- Tutoria online - Desenvolvimento de Ensino a Distância - Fornecimento de mídias	Estado de Mato Grosso Secretaria de Estado de Administração	Servidores
2008	- Parceria no desenvolvimento de conteúdo para a Pós-Graduação em Gestão Pública.	Fundetec – Fundação de Apoio a Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico de Mato Grosso	Servidores
2008	- Consciência Fiscal - Tutoria online - Desenvolvimento de Ensino a Distância - Fornecimento de mídias	Estado de Mato Grosso Escola do Governo	2507
2008	- Curso de Verificador Escolar	Estado de Mato Grosso Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia	13
2008	- Curso de Informática a distância	Estado de Mato Grosso Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia	2480

satisfatório, dos quais 27%, o aprendizado esperado e 8%, aprendizado acima da expectativa. (QEDU, 2016).

Essa realidade – déficit de professores com formação adequada nas creches e unidades de educação infantil, aprendizagem insuficiente de 50% ou mais alunos dos anos iniciais – justifica a necessidade de um curso de Pedagogia em Cuiabá que, em conjunto com Várzea Grande, segundo estimativa do IBGE, tinha, em 2016, 856.706 habitantes e, em 2015, de acordo com o Censo da Educação, 40.376 matriculados no Ensino Médio Regular.

1.2. A FASPEC

A Faculdade Ensino Superior Pelegrino Cipriani – FASPEC é um desenvolvimento majorante da experiência educativa acumulada pela Instituição de Ensino Charles Babbage – Uniorka, mantida pela E-Cuiabá Soluções para Internet LTDA. O Quadro 1 sintetiza parte relevante do trabalho educativo da Instituição em cursos de formação continuada, com a qualificação de cerca de 40 mil profissionais.

Desde 2005, a Uniorka trabalha com adultos, na modalidade de educação a distância. O número expressivo de adultos qualificados em cursos de formação continuada e a experiência simultânea e mantida até o presente, de atuação na educação básica, modalidade de EJA, e no ensino técnico permitiu, a par da criação de metodologias educacionais próprias, a constituição de sólida experiência institucional na manutenção e gestão de sistemas de aprendizagem.

A experiência de formação continuada de educadores, sobretudo da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso e o diagnóstico de que, em sua grande maioria, são egressos de cursos superiores que ainda não se apropriaram das tecnologias informáticas como recursos educativos de formação de professores, indicaram que a E-Cuiabá Soluções para Internet LTDA poderia ampliar sua contribuição ao desenvolvimento do Estado, pois, retomando Nelson Mandela, “a educação é a arma mais poderosa que se pode usar para transformar o mundo”. Ao diagnóstico da lacuna tecnológica na formação docente e à expertise da Uniorka nesse campo, soma-se a análise de que, para o cumprimento das metas do PNE, haverá grande expansão na demanda por professores de educação infantil e anos iniciais – tanto no setor público quanto no privado. Por exemplo, as prefeituras de Cuiabá e Várzea Grande necessitarão mais que duplicar seus esforços para matricular, em creches, 50% das crianças de 0 a 3 anos.

	- Tutoria online - Desenvolvimento de Ensino a Distância - Fornecimento de mídias	de Educação	
2010	- Processo Seletivo para curso preparatório para vestibular.	Estado de Mato Grosso Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia	25.000
2010	- Curso Preparatório para Vestibular	Estado de Mato Grosso Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia	12.120

Fonte: Uniorka (2000).

1.3. Concepção do curso

1.3.1. Ingresso no curso

O Ingresso no curso de Pedagogia da FASPEC ocorrerá, majoritariamente, por processo seletivo e transferência.

O Processo Seletivo, que inclui, necessariamente, prova de redação, será regulado por Edital publicado anual ou semestralmente e em harmonia com normatização do Sistema Federal de Ensino que regulamenta esse dispositivo de acesso ao ensino superior. Compete ao Edital estabelecer todas as disposições de seleção e matrícula dos candidatos de forma a assegurar igualdade de condições de acesso ao curso e transparência a todo o processo de seleção.

O ingresso por transferência possibilitará a alunos de outras instituições de educação superior, de curso de Pedagogia ou a este afim, matricular-se no curso de Pedagogia da FASPEC, solicitando, previamente à matrícula, análise dos estudos realizados na Instituição de origem, para efeitos de aproveitamento de estudo na FASPEC. A transferência de vínculo ao ensino superior da IES de origem para a FASPEC será feita em obediência às disposições normativas do Sistema Federal de Ensino Superior que a regulamentam.

Outras formas de ingresso previstas nos dispositivos normativos brasileiros também poderão ser utilizadas por alunos de outras instituições de ensino superior, brasileiras ou não, e a situação do aluno será cuidadosamente apreciada a fim de que o processo de ingresso na FASPEC não conflite com as normas brasileiras em vigor.

1.3.2. Número de vagas, turnos e dimensões das turmas

A FASPEC oferta, anualmente, 100 vagas para o turno noturno.

Deve-se observar que, nos temos do item 5.3 do Anexo da Portaria Normativa n. 40/2007 (república em 29/12/2010), curso noturnos é o “curso em que a maior parte da

carga horária é oferecida após as 18h todos os dias da semana” (MEC, 2010). O curso de Pedagogia da FASPEC desenvolverá parte de sua carga horária – a dedicada aos estágios – no período diurno, uma vez que a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental funcionam unicamente nesse período. Eventualmente, com previsão no calendário acadêmico, poderão ser organizadas atividades no período diurno. Mas, essas atividades terão caráter ocasional.

As turmas do curso de Pedagogia serão constituídas por 50 alunos, admitidos acréscimos que não excedam esse montante em 20% para atender alunos em dependência, racionalidade econômica ou outras situações nas quais o aumento de alunos em turma se constitua na medida mais racional sob os pontos de vista econômico e pedagógico.

1.3.3. Objetivos do curso

O curso de Pedagogia da FASPEC objetiva a formação de profissionais do magistério da educação básica aptos a exercerem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação à distância) (DCN, 2015).

1.3.4 Perfil do egresso

O egresso do curso de Pedagogia da FASPEC estará apto a:

- I – atuar com ética e compromisso no exercício da profissão de pedagogo;
- II – reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- III – compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões física, psicológica, intelectual e social;
- IV – fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como de quem que não teve oportunidade de escolarização na idade própria e está matriculado na primeira etapa da EJA;

12

XVI – estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

1.3.4. Estrutura curricular

Em harmonia com as DCN dos cursos de Pedagogia (MEC, 2006) e DCN para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada (MEC, 2014) a estrutura curricular do Curso de Pedagogia organiza-se em três núcleos:

- I. Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias;
- II. Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional;
- III. Núcleo de estudos integradores.

O Quadro 2 especifica as áreas curriculares que compõem cada um dos três núcleos. A somatória das cargas horárias dos núcleos I e II totalizam 2.600 horas em atendimento à Resolução CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015, art. 13, § 1º, Inciso III. E, em acordo com o § 5º do mesmo artigo, o conjunto de componentes curriculares destinados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino, com carga horária de 780h prepondera sobre os tempos dedicados a outros conhecimentos da estrutura pedagógica do curso.

Os componentes curriculares dos três núcleos de estudos serão propostos ao longo de oito semestres, com a oferta, em cada um deles, de cinco componentes curriculares no turno noturno. Nos quatro últimos semestres, há um sexto componente curricular – o Estágio – que se realiza no período diurno, dado a inexistência de unidades de educação infantil e anos iniciais no turno noturno.

Quadro 2 – Núcleos de estudo do Curso de Pedagogia

Núcleo I Formação Geral e específicas com respectivos fundamentos e metodologias	Fundamentos I			
	Fundamentos I	Filosofia da Educação	70	680
		História da Educação	70	
		Sociologia da Educação	70	
		Educação, Sociedade e Cultura	70	
		História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	70	
		Psicologia da Educação	70	
		Curriculos e Programas	60	
		Avaliação da Aprendizagem e do Ensino	60	
		Didática	70	
	Fundamentos II			

14

- V – ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- VI – participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- VII – participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- VIII – promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- IX – desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- X – trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- XI – demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- XII – identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- XIII – relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- XIV – realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- XV – utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

13

Fundamentos e Metodologias de ensino	Fundamentos de Psicopedagogia	70	780
	Fundamentos e Práticas Educativas na Educação Infantil	60	
	Fundamentos da Didática na Educação Infantil	70	
	Ludicidade e Educação	60	
	Alfabetização e Letramento	70	
	Fundamentos e Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa	70	
	Fundamentos e Metodologia de Ensino em Ciências Naturais	70	
	Fundamentos e Metodologia de Ensino da Matemática I	130	
	Fundamentos e Metodologia de Ensino da Geografia e História	60	
	Fundamentos e Metodologia da Arte	60	
Gestão	Educação Ambiental	60	370
	Tecnologias Aplicadas à Educação	70	
	Políticas Públicas para a Educação	70	
	Planejamento Educacional	60	
	Legislação Educacional	60	
	Elaboração e Gestão de Projeto Político Pedagógico	60	
	Coordenação Pedagógica	60	
	Gestão Escolar	60	
Núcleo II	Estudos de aprofundamento e diversificação		770
	Língua Portuguesa	140	
	LIBRAS	70	
	Metodologia Científica	70	
	Dificuldades de Aprendizagem	70	
	Educação Inclusiva	60	
	Andragogia	60	
	Eletivas I e II	120	
	Educação e Diversidade	60	
Núcleo III	Estudos integradores		600
	Metodologia da Pesquisa em educação	60	
	Educação em Espaços não Escolares	60	
	Estágio I – Educação Infantil: 0 a 3 anos	100	
	Estágio II – Educação Infantil: 4 e 5 anos	100	
	Estágio III – Ensino Fundamental Séries Iniciais	100	
	Estágio IV – Gestão Educacional	100	600
	Atividades Teórico-práticas	200	
		TOTAL	3.200

Fonte: FASPEC (2018).

O Quadro 3 apresenta a distribuição dos componentes curriculares ao longo dos oito semestres do curso.

Quadro 3 - ESTRUTURA CURRICULAR

15

	PA	T	PCC	P	CH
PRIMEIRO SEMESTRE					
Língua Portuguesa I	10	50	10		70
Filosofia da Educação	10	50	10		70
História da Educação	10	50	10		70
Sociologia da Educação Mari	10	50	10		70
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS n	10	50	10		70
Atividades Teórico-práticas					50
Carga horária do semestre (parciais/total)	50	250	50		400
SEGUNDO SEMESTRE					
Educação, Sociedade e Cultura	10	50	10		70
História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	10	50	10		70
Língua Portuguesa II	10	50	10		70
Psicologia da Educação	10	50	10		70
Alfabetização e Letramento	10	50	10		70
Atividades Teórico-práticas					50
Carga horária do semestre (parciais/total)	50	250	50		400

TERCEIRO SEMESTRE					
Fundamentos e Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa	10	50	10		70
Fundamentos e Metodologia de Ensino em Ciências Naturais	10	50	10		70
Fundamentos de Psicopedagogia	10	50	10		70
Didática	10	50	10		70
Metodologia Científica	10	50	10		70
Atividades Teórico-práticas					50
Carga horária do semestre (parciais/total)	50	250	50	0	400
QUARTO SEMESTRE					
Fundamentos da Didática na Educação Infantil	10	50	10		70
Fundamentos e Metodologia de Ensino da Matemática I	10	50	10		70
Tecnologias Aplicadas à Educação	10	50	10		70
Dificuldades de Aprendizagem	10	50	10		70
Políticas Públicas para a Educação	10	50	10		70
Atividades Teórico-práticas					50
Carga horária do semestre (parciais/total)	50	250	50	0	400
QUINTO SEMESTRE					
Ludicidade e Educação		50	10		60
Fundamentos e Metodologia de Ensino de Geografia e História		50	10		60
Fundamentos das Práticas Educativas na Educação Infantil		50	10		60
Fundamentos e Metodologia de Ensino da Matemática II		50	10		60
Educação Inclusiva		50	10		60
Estágio I – Educação Infantil: 0 a 3 anos				100	100

Disciplinas optativas	Aprofundamento			
	Literatura Infantil	50	10	60
	Pedagogia da Infância	50	10	60
	Elaboração de Projetos	50	10	60
	Ética Profissional	50	10	60
	Brinquedoteca e Construção de Jogos Didáticos	50	10	60

Fonte: FASPEC (2018).

1.3.5. Metodologia

Do ponto de vista metodológico, é necessário reconhecer que os docentes necessitarão de apoio pedagógico para construir e inovar a metodologia a fim de assegurar a utilização criativa de situações de ensino de modo a oportunizar excelentes situações de aprendizagem. Como se sabe tanto a teoria quanto a prática gera conhecimento. Ou seja, a metodologia do curso irá se constituindo não apenas em decorrência de cursos de formação dos professores, mas também como resultado das práticas dos docentes em suas aulas. Não obstante, a prática ainda estar por vir, é plausível enunciar alguns parâmetros referenciais para a metodologia a ser utilizada no curso.

- 1 – **Interdisciplinaridade.** No curso de Pedagogia da FASPEC, além dos conhecimentos já estabelecidos na literatura pedagógica sobre as práticas interdisciplinares, duas estratégias serão utilizadas para facilitar a interlocução entre os componentes curriculares e seus respectivos docentes. Como, no Plano de Curso, cada docente deverá deixar explícito qual ou quais das 16 competências do perfil do egresso serão, preponderantemente, desenvolvidas no componente pelo qual é responsável, infere-se que cada competência será trabalhada por mais de um dos 44 componentes da estrutura curricular que contarão com docente (ATP não conta com docente). Caberá à coordenação de curso facilitar o diálogo entre docentes que se ocupam do desenvolvimento de uma mesma competência, para realizar a aproximação interdisciplinar entre esses componentes. Presume-se que isto poderá formar, aos poucos, uma rede interdisciplinar entre os diversos componentes curriculares. A segunda estratégia consiste no planejamento conjunto das práticas como componentes curriculares pelos docentes que desenvolvem os cinco componentes curriculares, de cada semestre, ministrados no turno noturno. Exatamente para facilitar a interdisciplinaridade, as PCC transversalizam a estrutura curricular do primeiro ao último bimestre.

Carga horária do semestre (parciais/total)	250	50	100	400
SEXTO SEMESTRE				
Planejamento Educacional	50	10		60
Curriculos e Programas	50	10		60
Andragogia	50	10		60
Eletiva I	50	10		60
Legislação Educacional	50	10		60
Estágio II – Educação Infantil: 4 e 5 anos			100	100
Carga horária do semestre (parciais/total)	250	50	100	400
SÉTIMO SEMESTRE				
Educação em Espaços não Escolares	50	10		60
Fundamentos e Metodologia da Arte	50	10		60
Educação Ambiental	50	10		60
Educação e Diversidade	50	10		60
Avaliação da Aprendizagem e do Ensino	50	10		60
Estágio III – Ensino Fundamental Séries Iniciais			100	100
Carga horária do semestre (parciais/total)	250	50	100	400

OITAVO SEMESTRE				
Elaboração e Gestão de Projeto Político Pedagógico	50	10		60
Coordenação Pedagógica	50	10		60
Gestão Escolar	50	10		60
Metodologia da Pesquisa em Educação	50	10		60
Eletiva II	50	10		60
Estágio IV – Gestão Educacional			100	100
Carga horária do semestre (parciais/total)	250	50	100	400
Carga horária do curso (parciais/geral)	200	2000	400	3.200
DEMONSTRATIVO SINTÉTICO				
	Carga horária teórica			2.200
	Prática como componente curricular			400
	Estágio			400
	Atividades teórico-práticas			200
	TOTAL			3.200

Fonte: FASPEC (2018).

Legenda: PA – Pré-aula; T – Teórica; PCC – Prática como componente curricular; P – Prática; CH – Carga horária.

O Quadro 4 apresenta a relação das disciplinas eletivas. Por eletiva deve-se compreender que os alunos do sexto e oitavo bimestres, em tempo hábil, mediante solicitação do Coordenador de Curso, elegerão por maioria simples, dentre as disciplinas da lista, a que intencionam cursar.

Quadro 4 – Rol das disciplinas eletivas				
		T	PCC	CH

- 2 – **Pré-aula.** Tanto em decorrência da realidade do estudante do turno noturno – um trabalhador que estuda, mais que um estudante – e, também, da perversa cultura estudantil que confunde assistência às aulas com estudo ao qual, geralmente, destina a algumas poucas horas antes de provas, a pré-aula objetiva criar uma nova cultura de estudo. A coordenação pedagógica discutirá minuciosamente esta estratégia com os docentes, pois, embora simples ainda seja pouco usada. Todo dia de aula será precedido de 30 min de pré-aula, nos quais a pedido do docente, o aluno deverá escrever um texto, sobre determinado tema, com cerca de dez linhas e estruturado em introdução, desenvolvimento e conclusão. Preferivelmente, texto de natureza argumentativa. Serão cinco textos por semana, 100 textos por semestre, totalizando 400 textos na primeira metade do curso, ou seja, cerca de 4 mil linhas de texto. É possível constituir numerosas estratégias de revisão interpares dessas produções, inspiradas nos conceitos de aulas invertidas e *peer instruction*. Pretende-se que esse trabalho de pré-aula, além de qualificar a participação no desenvolvimento da aula, desenvolverá a capacidade de escrita, que poderá ser percebida pelo próprio discente se adotar o portfólio como método de apreciação do próprio desenvolvimento acadêmico. A FAPESC disponibilizará o laboratório de informática das 18h30min às 19h para que o aluno possa escrever/digitar as próprias produções.
- 3 – **TICs aplicadas à educação.** Os próprios docentes precisarão ser desenvolvidos para utilizar as TICs para maximizar a produtividade acadêmica. Além da FASPEC ser mantida por instituição que tem experiência consolidada na área, há todo um variado material, disponível gratuitamente, na Internet e que pode ser utilizado, variando de ferramentas simples, como o Google Documentos a ambientes de aprendizagem mais sofisticados, como, por exemplo, o Google *Classroom*, entre outros.
- 4 – **Metodologias ativas.** Sobre tudo para o aluno do turno noturno que, geralmente, chega à Faculdade após um dia de trabalho, a aula expositiva, embora não deva ser banida, não pode ser a metodologia predominante do curso. Portanto, faz-se necessário o recurso às metodologias ativas, sobretudo no sentido, da gênese do conhecimento, que supõe atividade mental. Para tanto, podem ser enriquecedor que os docentes, nos processos de formação e autoformação, se apropriem de aportes das neurociências e da andragogia para melhor desenvolverem as metodologias ativas.
- 5 – **Avaliação.** A própria avaliação pode ser compreendida como um momento singular de aprendizagem. Para tal, há que desenvolver os docentes para que se utilize de

questões, de múltipla escolha ou não, formuladas com o estilo ENADE e que, na educação básica, já forma denominadas de questões operatórias.

É certo que esta metodologia demandará tempo para ser implementada e apropriada pelos docentes, mas, aos poucos, irá se constituindo em suporte à criação de um ambiente desafiador de aprendizagem, em didática homóloga na qual os futuros docentes aprendem a inovar a própria prática docente porque a experimentaram na própria formação e, enfim, um dos diferenciais da FASPEC.

1.3.6. Conteúdo programático

O conteúdo programático a ser trabalhado no curso de Pedagogia da FASPEC atende ao que estabelecem as DCN para o curso de pedagogia e para a formação inicial em nível superior de professores da educação básica. No entanto, convém evidenciar o atendimento a demandas legais que foram determinadas por outros dispositivos normativos.

As Diretrizes Curriculares da Educação Básica, conforme disposto na Resolução CNE/CEB n. 4/2010 são tomados como referência, sobretudo, para o desenvolvimento das disciplinas destinadas à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino e aprofundamento. Conjuntamente, as Bases Nacionais Curriculares Comum, quando publicadas, constituir-se-ão, igualmente, em referencial para o desenvolvimento desses componentes curriculares.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com as modificações introduzidas pelas leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e a Resolução CNE/CP nº 1/2004 são referências para o desenvolvimento da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme Resolução CNE/CP nº 1/2012, além de ser conteúdo inextricável da disciplina precedente, é, também, tema de “Educação, Sociedade e Cultura” e “Educação Inclusiva”. Além disso, a FASPEC buscará construir no ambiente acadêmico e no relacionamento com seus alunos, uma cultura de profundo respeito aos Direitos Humanos.

A Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764/2012 será estudada na disciplina Educação Inclusiva”.

20

de suas atividades, setores de RH empregam educadoras para prover suporte à formação continuada dos empregados de empresas. Órgãos públicos como universidades, DETRAN, IBAMA, PF, etc. contratam pedagogas para as suas unidades de educação. Fundações e institutos de pesquisa contratam pedagogas como pesquisadoras.

Com estas informações, já é possível pensar no dia seguinte ao da formatura e, desde agora, começar a responsabilizar-se pela própria formação, qualificando-a para te ajudar a/o profissional que deseja ser. Como o curso da FAPESC pode ajudar?

Primeira possibilidade observe a estrutura do curso. Do primeiro ao quarto semestre existe um componente curricular denominado “Atividades Teórico-Práticas”. São 200 horas para você diferenciar a sua formação. Suponha que você deseja ser especialista em atendimento a crianças autistas. Bem, dentro das normas dessa atividade, você poderá utilizar essas 200 horas para fazer cursos, participar como voluntária de um centro de equoterapia ou outra instituição de serviço a autistas para cumprir essas horas e especializar-se no atendimento a autistas. Basta documentar as experiências para ter um ótimo diferencial curricular.

A segunda possibilidade, não está na estrutura curricular, mas, de acordo com a Lei nº 11.788/2008 você poderá fazer estágio supervisionado não obrigatório e solicitar à Faculdade para adicionar essa informação no seu currículo. O estágio curricular não obrigatório pode, inclusive, ser remunerado. Em tese, você possa incluir de 500 a 800 horas a mais, por semestre, no seu currículo se fizer um ou mais estágios curriculares não supervisionados. Isto, contudo, se aplica melhores aos quatro primeiros semestres do curso, pois, nos quatro últimos, você precisará realizar o estágio curricular obrigatório. Além da experiência que, certamente, vai te ajudar a ser um profissional melhor, o seu Histórico Escolar contará com ótimo diferencial na carga horária.

Terceira possibilidade: a estrutura do curso foi desenhada para possibilitar que você, ao final do curso, tenha construído, ao menos, 16 competências, que são o mínimo para que você inicie o seu trabalho como profissional da pedagogia. Observe a estrutura curricular e vá, para cada aula, com uma ou duas perguntas para propor ao docente.

O primeiro semestre compara-se aos fundamentos de uma construção. Para ser pedagogo é preciso uma formação geral ampla, portanto, compreender a sociedade em que vive, sua filosofia de vida e a história do seu futuro campo profissional, a educação. Todo

22

As Políticas de educação ambiental, de acordo com o previsto na Lei nº 9.795/199 e Decreto nº 4.281/2002 são objeto de estudo da disciplina “Educação Ambiental”.

Destacados essas particularidades, as ementas das disciplinas, com respectivas bibliografias básica e complementar estão descritas no Apêndice A.

2. OPERACIONALIZAÇÃO DO CURSO

2.1. O trabalho acadêmico

Este item destina-se a prover as informações fundamentais para que o aluno, sobretudo o calouro, tenha uma visão geral do curso de Pedagogia da FASPEC.

Em muitas situações, começar do final é uma boa estratégia de compreensão. Nesta perspectiva, a questão pode ser: a pessoa que se forma pedagogo pode fazer o quê?

- 1 – Ser professor/a, o chamado trabalho escolar docente. Como professor/a, poderá trabalhar em redes públicas ou privadas, em creches ou similares, em centros de educação infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na EJA do Ensino Fundamental. Nestas áreas estão as maiores possibilidades de trabalho. Mas, ainda no trabalho escolar docente, poderá ser professor/a de disciplinas pedagógicas nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar. Complementando a formação inicial com especialização, mas, sobretudo, mestrado ou doutorado, poderá ser professor/a na educação superior.
- 2 – Realizar trabalho escolar não docente, na direção ou coordenação de unidades escolares ou mesmo em Secretarias de Educação. Em geral, nas redes públicas, os cargos de gestão exigem alguns anos de prática em sala de aula e os cargos são ocupados por eleição. Nas instituições privadas, em geral, os cargos de gestão são, também, ocupados por quem tem prática de sala de aula, mas isto não é uma regra, depende de cada instituição escolar.
- 3 – Realizar trabalho pedagógico não escolar. Nesta área as possibilidades são ilimitadas, mas menos numerosas em relação às áreas precedentes. Pedagogas têm sido contratadas por mães de filhos autistas, como desenvolvedoras da aprendizagem da criança; empresas de comunicação contratam pedagogas para determinados setores

21

profissional deve expressar-se corretamente, mas, sobretudo, os que trabalham com a educação. Neste sentido, de certa forma, a Língua Portuguesa integra os fundamentos da formação profissional do educador. Como uma sociedade democrática é, necessariamente, inclusiva, LIBRAS é, na mesma perspectiva da Língua Portuguesa, uma especificidade dos fundamentos da educação do professor.

O segundo semestre dá continuidade à construção dos fundamentos e inicia a formação para o trabalho na educação infantil. O terceiro semestre inclui duas disciplinas que encerram a construção dos fundamentos da educação – Didática e Fundamentos de Psicopedagogia – e dá início, com duas disciplinas, à formação para o trabalho nos anos iniciais. A disciplina Metodologia Científica objetiva proporcionar os fundamentos para a investigação da realidade e produção de textos acadêmico-científicos.

O quarto semestre, além de continuar a formação para o trabalho na educação infantil e nos anos iniciais, inicia a preparação para o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação e, também, para uma área de atuação do pedagogo: a gestão.

O quinto semestre prossegue a preparação para o trabalho como professor na educação infantil e anos iniciais e, após dois anos de estudo, propõe que você aplique a teoria com práticas em creche e descubra que se aprende a ser professor com boas teorias e, especialmente, com boas práticas. O sexto semestre privilegia o aprendizado para trabalhar com gestão e continua a propor que se aprenda, com a prática, a ser professor de educação infantil, porém com crianças de 4 e 5 anos. Um diferencial deste semestre é a disciplina Andragogia, que, ajudará compreender, como o adulto aprende, propõe aprendizados fundamentais para trabalhar com a EJA ou com educação de adultos em empresas ou órgãos públicos.

O sétimo semestre visa aprofundar os conhecimentos úteis à atuação profissional, encerra, com Fundamentos e Metodologia da Arte, a preparação para o trabalho como professor nos anos iniciais e inclui uma disciplina relevante para todo o trabalhador da educação – a Avaliação da Aprendizagem. Saber, com segurança, se o trabalho como professor foi eficaz para a aprendizagem é importante para manter a direção do trabalho realizado ou alterar seu rumo. Nesse semestre, a proposta de aprender a ser professor, na prática, se dá em séries ou ciclos dos anos iniciais.

23

O oitavo semestre, que encerra o curso, volta-se, quase totalmente, ao preparo para atuar na gestão, tanto com disciplinas que privilegiam aspectos teóricos desse trabalho do pedagogo quanto com o estágio em gestão. Porém, dê atenção à “Metodologia de Pesquisa em Educação”. Ao terminar o curso de Pedagogia você terá finalizado a sua formação inicial, mas, tão importante quanto a ela, é a formação continuada e realizar pesquisa – as chamadas pesquisas pedagógicas – e fundamental para você realizar a sua excelência profissional.

Se este item, ao privilegiar o aluno como leitor adotou o tom coloquial, os demais itens retomam o posicionamento mais formal, pois, tal como os tópicos precedentes a este, destinam-se a expressar as materialidades e formalidades do curso, sobretudo à totalidade da comunidade acadêmica e aos órgãos de regulação e supervisão.

2.2. Atividades teórico-práticas

As atividades teórico-práticas (ATP), normatizadas por regulamento próprio, Apêndice B, são constituídas de 200 horas para atender ao mínimo exigido pelas normas em vigor. A estrutura curricular propõe que sejam realizadas do primeiro ao quarto semestre, evitando a simultaneidade com os estágios que, a partir do quinto semestre, demandam grande esforço do estudante.

Como as atividades teórico-práticas não são avaliadas com notas, a não realização da quantidade de horas previstas para cada semestre não representa nenhum obstáculo à continuidade do curso. Porém, como componentes obrigatórios, a habilitação à colação de grau só será lograda pelo estudante que comprovar a realização de 200 horas de ATP. No entanto, a Coordenação de Curso, atenta ao equilíbrio da distribuição das aprendizagens ao longo do tempo de formação, procurará sensibilizar o estudante que não se tiver aos quantitativos propostos na estrutura para a conveniência de melhor organizar suas atividades de aprendizagem.

Por outro lado, as ATP, além de possibilitar, ao estudante a especialização da própria formação, desempenham uma função relevante: possibilitar-lhe assumir a responsabilidade pela própria aprendizagem, a fim de que, como egresso, haja elevado a própria autonomia de aprender.

2.3. Atividades Pré-aula

24

vislumbrar as variadas possibilidades de campos em que podem ser desenvolvidas, convém retomar sua explicitação de acordo com o Parecer CNE/CP nº 2/2015 (MEC, 2015, p. 31):

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente (...) de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu aconterecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador. Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar.

A prática, como componente curricular, que terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas. Com isto se pode ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. Pode-se assinalar também uma presença junto a agências educacionais não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente. Importante também é o conhecimento de famílias de estudantes sob vários pontos de vista, pois eles propiciam um melhor conhecimento do ethos dos alunos. É fundamental que haja tempo e espaço para a prática, como componente curricular, desde o início do curso e que haja uma supervisão da instituição formadora como forma de apoio até mesmo à vista de uma avaliação de qualidade.

Embora seja possível que cada docente estabeleça PCC específica para sua disciplina é preferível que os docentes de cada semestre estabeleçam, em conjunto, um projeto de PCC comum às cinco disciplinas do semestre e em harmonia com a área hegemônica de formação do bimestre. Assim, um bimestre que privilegia conhecimentos dos fundamentos da educação poderá propor práticas relacionadas ao conhecimento das famílias e do ambiente social dos estudantes, como indicado no penúltimo parágrafo da transcrição acima. Em um semestre em que a formação para a gestão é predominante poderá propor PCC relacionada a órgãos de administração escolar ou representação profissional docente.

Nesta modalidade de organização, a PCC além de possibilitar a relação teoria-prática é mediadora de interdisciplinaridade. Do quinto ao oitavo bimestre, embora as PCC estejam vinculadas às disciplinas, ouvido o NDE, o Colegiado de Curso, se for mais adequado à formação, poderá autorizar a vinculação das PCC ao estágio em execução, desde que as horas de PCC sejam claramente diferenciadas das horas de estágio. Na hipótese de ocorrência desta situação, a disposição deverá ser explicitamente avaliada quanto a reflexos para a qualidade da formação, com solicitação explícita de apreciação dos estudantes, dos docentes das cinco disciplinas do semestre e do orientador de estágio.

26

A pré-aula é tida como fundamental pela maioria das propostas de metodologias ativas. Como estas são um dos referenciais metodológicos de ensino das FASPEC, a inclusão da pré-aula na estrutura curricular é uma decorrência lógica. A pré-aula, à razão de 30 minutos por dia letivo, do primeiro ao quarto semestre, necessita de cuidadosa supervisão da Coordenação para que cumpra suas diferentes finalidades:

- 1 – fragilizar a cultura de que, para ser estudante, basta frequentar as aulas e varar uma ou duas madrugadas estudando para provas;
- 2 – criar condições para que a sala de aulas deixe de ser auditório no qual a voz hegemônica é a do professor e se converta em lugar-tempo de discussão argumentada entre colegas e entre alunos e docente;
- 3 – possibilitar o exercício diário da escrita, academicamente estruturada, pois, é usual que mesmo estudantes universitários tenham pouco domínio de produção de textos acadêmicos.

Como as metodologias ativas não são difundidas nem mesmo entre docentes universitários, a FASPEC, proverá desenvolvimento dos professores para a utilização de metodologias ativas e as pré-aulas serão objeto de cuidadosa programação pelo corpo de docentes de cada semestre. O plano de ensino deverá explicitar o planejamento das pré-aulas de todo o semestre. A biblioteca e o laboratório de informática serão disponibilizados das 18h30 às 19 h para que o estudante possa produzir/digitar seus textos.

Foram distribuídas do primeiro ao quarto semestre para evitar a simultaneidade com os estágios e na expectativa de que formem o estudante para a autonomia do ato de estudar. O fato de não constarem na estrutura curricular a partir do quinto semestre não representa impedimento a que os docentes, nesses períodos, as utilizem.

2.4. Prática como componente curricular

Apesar do conceito de Prática como Componente Curricular (PCC) constar de atos normativos do Conselho Nacional de Educação desde 2001, tornando-se explicitamente obrigatória na formação de professores desde 2002, foi pouco implementada e, com frequência, disciplinarizada ou confundida com estágio. A proposta deste PPC é a sua realização, do primeiro ao último semestre, como componente de integração entre a teoria e a prática e, possivelmente, como mediação da interdisciplinaridade entre os diferentes componentes curriculares de cada semestre. Para dirimir compreensões equivocadas, e, ainda,

25

2.5. Estágio curricular supervisionado

O Estágio Supervisionado destina-se à formação para o trabalho pedagógico em ambientes escolares e não escolares. Em conformidade com a Lei nº 11.788, na FASPEC, o estágio supervisionado curricular é obrigatório e proposto a partir da conclusão do 4º semestre. A FASPEC estimula, também, o estágio supervisionado não obrigatório. Ambos são normatizados por regulamento próprio que integra este PPC. No entanto, convém estabelecer diretrizes gerais para o estágio supervisionado.

O estágio supervisionado não obrigatório poderá ser realizado pelo estudante desde o primeiro semestre. Embora a FASPEC, diretamente ou por sua mantenedora, possa vir a assinar convênios com órgão públicos ou empresas para a integração de seus alunos aos programas de estágios dessas instituições, via de regra, sugerirá ao estudante que recorra aos agentes de integração para intermediar as relações entre a FASPEC, a instituição concedente de estágio e o estudante.

O estudante poderá realizar o estágio supervisionado não obrigatório em instituições escolares e não escolares, desde que o plano de estágio contribua para a formação pedagógica do aluno. É de responsabilidade do estudante candidatar-se à realização de estágio e unicamente em instituições públicas ou privadas, não sendo admitida a realização de estágio concedido por pessoa física. O estágio não obrigatório só poderá ser iniciado após a aprovação do plano de estágio por autoridade acadêmica da FASPEC. A faculdade poderá estabelecer convênio com empresas pública, privadas e/ou organizações não governamentais viabilizando a realização do estágio não obrigatório. A Faculdade tomará as devidas providências para realizar a supervisão do estágio não obrigatório, com particular cuidado de atender a todas as normas que o regulamentam. Ao término do estágio, desde que realizado regularmente, o estudante poderá requerer ao Colegiado de Curso que inclua a notificação de sua realização no seu histórico escolar, nos termos da Lei n. 11.788/, art. 1º, § 1º.

O estágio supervisionado obrigatório será realizado após a conclusão de todos os componentes curriculares previstos para os quatro semestres iniciais, exceto as ATP. As exceções deverão ser analisadas e apreciadas pelo colegiado de curso, nos casos de adaptações, dependências entre outros. A realização de estágio sem o cumprimento de todos os componentes curriculares dos quatro semestres iniciais, desde que solicitado pelo estudante, poderá ser autorizada pelo Colegiado de Curso, em atendimento ao princípio da racionalidade. Embora se presuma que seja mais adequada a realização dos estágios na

27

seqüência proposta e não simultaneamente, mediante requerimento do estudante, o Colegiado de Curso poderá autorizar a realização dos estágios em seqüência diversa da proposta e a realização simultânea de até dois estágios, desde que seja possível o pleno cumprimento da carga horária de ambos e a supervisão por docente da FASPEC.

O Plano de Ensino do Estágio Supervisionado deve prever tempo para a devida formalização dos documentos que tornam possível a autorização da realização do estágio, uma vez que a documentação das atividades de ensino, no tempo adequado, fará parte de todo o trabalho do futuro profissional. O Plano de Ensino deverá, igualmente, prever tempo para as práticas próprias de estágio e para a elaboração do relatório de estágio.

2.6. As TICs no processo ensino e aprendizagem

Os egressos da FASPEC, se optarem pelo trabalho escolar, sobretudo o docente, trabalharão, necessariamente, com crianças nativas digitais. A literatura, via de regra, considera os nascidos a partir de 1980 como nativos digitais. Porém, a onda digital não atinge a todos da mesma maneira e ao mesmo tempo. Assim, é altamente provável que, para muitos alunos da FASPEC, a experiência digital ativa restrinja-se ao uso de smartphones e redes sociais. Inclusive, os próprios docentes podem ter pouco domínio pedagógico do uso das TICs como ferramentas de apoio ao ensino e à aprendizagem.

Portanto, será necessário que a E-Cuiabá Soluções para Internet LTDA, mantenedora da FASPEC, desenvolva seus professores para transitar com proficiência no ambiente digital a fim de que utilizem as tecnologias informacionais no dia a dia de suas atividades docentes, não apenas para serviços administrativos, mas, sobretudo, como apoio aos processos de ensino e aprendizagem.

Trata-se, para os alunos, de estabelecer interfaces com a tecnologia não apenas na disciplina “Tecnologias Aplicadas à Educação”, mas pela imersão em ambiente de intenso uso das múltiplas possibilidades ensejadas, à educação, pelo mundo digital. A expectativa é a de que o aluno aprenda a educar com apoio das TIC’s porque sua formação aconteceu com larga utilização de variadas tecnologias informáticas.

2.7. Apoio ao discente

28

A avaliação da aprendizagem é, em si, uma atividade de aprendizagem. Portanto, para que se configure como momento de aprendizagem, superando traços, ainda existentes, de punição ou acerto de contas, é fundamental que desenvolva suas funções clássicas: diagnóstica, formativa e somativa. Essas funções têm largo trânsito e dispensam maiores especificações.

Convém, no entanto, lembrar que essas três funções, como, por vezes, equivocadamente de propaga, não são, necessariamente, realizadas em momentos diferentes e com instrumentos avaliativos diferentes. Por exemplo, um mesmo instrumento de avaliação, aplicado em determinado momento do processo de aprendizagem, pode cumprir a função diagnóstica ao permitir, por exemplo, verificar quais alunos já construíram determinada competência e quais não e, em sua função formativa, possibilitar ao docente e ao próprio aluno decidir sobre o encaminhamento das propostas de aprendizagens para uns e outros. Por outro lado, a avaliação somativa pode, também, conter a função diagnóstica e formativa, sobretudo quando não é o último ato do processo de ensino, como na situação da prova final.

Os planos de ensino deverão explicitar os procedimentos e instrumentos avaliativos que serão utilizados e esclarecer como desenvolverão as três funções da avaliação e, ainda, como o aluno avaliado será informado com relação ao diagnóstico de sua aprendizagem, os cuidados que precisará tomar para qualificar sua aprendizagem e, finalmente, sobre os resultados conclusivos sobre sua avaliação.

O Colegiado de Curso determinará, para cada semestre ou para períodos mais longos, a quantidade mínima de notas que devem compor a média final do aluno. Deverá, ainda, ficar claro para todo docente a necessidade de utilização de diferentes instrumentos de avaliação, sendo conveniente a inclusão, em ao menos uma situação de avaliação, de questões dissertativas ou de múltipla escolha similares às utilizadas pelo ENADE.

Do ponto de vista cartorial, as avaliações considerarão dois indicadores: frequência e apuração de rendimento e dois períodos de apuração do rendimento: tempo das aulas e tempo de prova final, o qual não é computado como dia letivo. Por sua vez, a apuração de rendimento será expressa em notas de zero a dez, admitida uma casa decimal. Do exposto, de acordo com o Regimento da FASPEC configuram-se as possibilidades do Quadro 5 para cada componente curricular, exceto ATP, para as quais é suficiente a comprovação de cumprimento de 200 horas, até o término do curso, desde que respeitado o que estabelece o regulamento das ATP.

30

O apoio ao estudante difere segundo as necessidades que apresenta. Em princípio, todo apoio visa prover melhores condições de acesso ao ambiente acadêmico, seja ele infraestrutura ou intelectual. Nesta concepção, são possíveis diferentes tipos de apoio.

Apoio para acessibilidade arquitetônica. Compete à mantenedora, demandada pela direção da FASPEC, prover condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos das instalações prediais, dos sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (art. 8º, Decreto nº 5.296/04, Lei 10.098/00).

Apoio para acessibilidade atitudinal. Refere-se à percepção do outro, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. Compete à direção da FASPEC, à Coordenação e ao Colegiado de Curso o zelo pelo cultivo institucional desta acessibilidade.

Apoio para acessibilidade pedagógica. Consiste em suprimir as barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinarão, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas. Ou seja, o apoio à acessibilidade pedagógica é atribuição do docente.

Apoio à acessibilidade digital. Significa o direito de acesso à comunicação realizada pela Instituição, inclusive o acesso físico a equipamentos e programas adequados e ao conteúdo e apresentação da informação. (Cf. INEP, 2016, p. 57).

Apoio à permanência no curso. É generalizado, no ensino superior brasileiro, o abandono do curso, mas, em cursos noturnos, a incidência da desistência é maior. A desistência é, quase sempre, precedida da intensificação de falta às aulas. Como forma de minimizar o abandono, a FASPEC desenvolverá busca ativa dos alunos faltosos, que será desencadeada a partir de um limite a ser determinado pela experiência e que poderá variar segundo as necessidades. A título de elucidação: após a terceira falta sucessiva ou a quinta não sucessiva a FASPEC procurará entrar em contato com o aluno a fim de averiguar os motivos e encaminhar soluções que superem as causas motivadoras das ausências.

2.8. A avaliação da aprendizagem

29

Quadro 5 – Quadro prático para determinar a situação do aluno ao final das aulas

Aproveitamento	Frequência em relação à CH do componente curricular	Resultado
Igual ou superior a 6,0	Igual ou superior a 75%	APROVADO
Igual ou superior a 2,0 e inferior a 6,0	Igual ou superior a 75%	Realizar PROVA FINAL
Inferior a 2,0	Qualquer	REPROVADO
Qualquer	Inferior a 75%	REPROVADO

Fonte: Regimento Interno FASPEC, (2018).

O estudante tem direito à segunda chamada para realizar a avaliação, desde que a solicite à Coordenação de Curso, no prazo por ela estabelecido, porém, com possibilidade de ônus financeiro.

2.9. Flexibilidade curricular

A flexibilidade curricular para o aluno de Pedagogia realiza-se mediante diversas possibilidades:

- 1 – **Extraordinário aproveitamento de estudos.** O estudante, no máximo até o término da primeira semana de aulas, após consulta à ementa do componente curricular ou em seqüência à exposição do plano de ensino do professor, se julgar já haver realizados os objetivos de aprendizagem propostos pela disciplina ou se já tiver competência na área, poderá, no prazo estabelecido pelo calendário acadêmico, solicitar, uma única vez, para cada componente curricular, o extraordinário aproveitamento de estudos. Resolução do Conselho Superior disciplinará a matéria. Na hipótese de obtenção do extraordinário aproveitamento de estudos, será dispensado da frequência às aulas do componente curricular para o qual obteve aproveitamento de estudos, ficando habilitado o dedicar esse tempo a outros afazeres de seu interesse, relacionados ou não ao curso.
- 2 – **Abreviação do tempo mínimo de conclusão do curso.** O estudante poderá abreviar o tempo mínimo de conclusão do curso através de dois expedientes: solicitação de aproveitamento de estudos já realizados, validamente, em outra IES e solicitação de extraordinário aproveitamento de estudos. A utilização desses dois expedientes, isolados ou combinadamente, podem resultar em conclusão do curso em tempo inferior aos quatro anos mínimos para sua integralização regular. Resolução do Conselho Superior disciplinará a matéria.
- 3 – **Ampliação da Carga Horária.** O estudante poderá ampliar a carga horária mínima do curso, estabelecendo um diferencial significativo, mediante solicitação da inclusão em seu histórico escolar, dos estágios curriculares supervisionados não obrigatórios que realizar e concluir em conformidade com as normas da FASPEC. A ampliação da Carga Horária poderá ser obtida, também, na hipótese de que o estudante venha a cursar, com sucesso, três ou mais disciplinas eletivas. Resolução do Conselho Superior disciplinará as matérias.
- 4 – **Diferenciação da estrutura curricular cursada.** Na estrutura curricular constam duas disciplinas eletivas, que serão ministradas no sexto e oitavo semestres. Mediante

31

eleição, pelos alunos de cada um desses semestres, da disciplina que pretendem realizar, há a possibilidade de direcionar parte do currículo para a área de maior interesse da turma. A diferenciação da estrutura curricular é também realizada, individualmente, na escolha, dentro dos parâmetros estabelecidos pela regulamentação, do conteúdo ou práticas com que irá cumprir as 200 horas de Atividades Teóricas-práticas. Ou seja, adicionando-se às 180 horas das duas disciplinas eletivas às 200 horas de ATP, totaliza-se 380 horas. Ou seja, o estudante pode flexibilizar diretamente a sua formação em cerca de 12% a mais, da carga horária do curso.

2.10. Integração com as redes públicas de ensino

A FASPEC firmou Acordo de Cooperação com seis escolas de educação básica, com vistas à realização dos quatro estágios que compõem a estrutura curricular do curso. São escolas estaduais e municipais.

- 1 – CMEI José Mendonça;
- 2 – EEBB Pascoal Moreira Cabral;
- 3 – EMEB Deputado Ary Leite de Campos;
- 4 – EMEB Maria Ambrósio Pommont;
- 5 – EMEB Prof.^a Irenice Godoy de Campos Silva.

Conforme o número de estagiários, a quantidade de acordos ou convênios poderá ser redimensionada e, devido à dinâmica da gestão democrática nas escolas da rede pública, acordos e convênios poderão ser encerrados e substituídos por outros. Na inclusão de novas escolas, se conveniente, poderão ser incluídas escolas de Várzea Grande. Adicionalmente, desde que se revele adequado à qualidade da formação, os estágios poderão ser realizados em escolas da rede privada, mediante convênio entre a FASPEC e a escola concedente.

A integração com a rede pública de ensino será mediada, também pelas PCC, as quais poderão demandar a presença de alunos em órgãos de regulação e supervisão dos sistemas municipal e estadual de educação. Essa integração será realizada nos dois sentidos: ida de docentes e alunos da FASPEC para as escolas e órgãos dos sistemas educacionais públicos e de profissionais desses sistemas para a FASPEC, tanto para trazer a realidade dos sistemas públicos para o curso de Pedagogia, quando para demandar apoios específicos do curso de Pedagogia para projetos desenvolvidos por escolas públicas, os quais, de acordo com as possibilidades e conveniência para a formação pedagógica dos alunos da faculdade, poderão ser providenciados.

32

Após o quarto ano de funcionamento do curso, o Diretor Geral da FASPEC, após consulta ao Coordenador de Curso, nomeará quatro docentes para compor o NDE, dois com mandato de dois anos e dois com mandato de quatro anos, de maneira a assegurar a renovação parcial do Colegiado a cada dois anos. Exceto nessa situação, o mandato do integrante do NDE será de quatro anos.

O NDE, presidido pelo Coordenador de Curso, tem função consultiva e se reunirá, ao menos, duas vezes por semestre, atendendo à convocação de seu presidente, com o particular cuidado de registrar em ATA suas deliberações, comunicando-as à comunidade acadêmica, máxima, Diretor, Conselho Superior e docentes. São funções do NDE:

- 1 – conhecer, detalhadamente, este PPC para acompanhar sua implementação e propor as adaptações e atualizações necessárias;
- 2 – zelar pela realização da metodologia proposta, neste PPC, com particular cuidado em relação à realização da interdisciplinaridade entre os diversos componentes curriculares de cada semestre e o acompanhamento da pré-aula;
- 3 – contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;
- 4 – zelar pelo cumprimento das DCN que orientam a constituição dos cursos de Pedagogia e a formação de professores de educação básica, em nível superior.

3.1.2. Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso será constituído gradualmente; até o término do segundo ano de funcionamento do curso será integrado por três docentes, incluindo o Coordenador, seu presidente nato, e um discente. A partir do início do terceiro ano de funcionamento do curso, poderá haver ampliação do Colegiado, por decisão do Conselho Superior, cuidando-se para que seja constituído por número ímpar de integrantes.

Os membros docentes do Colegiado de Curso são sugeridos pelo Coordenador de Curso e nomeados pelo Diretor Geral, com anuência do Conselho Superior. Excepcionalmente e apenas nos dois primeiros anos de funcionamento do curso, em razão do número par de integrantes, o Coordenador de Curso, quando for o caso, exercerá o direito ao voto de desempate nas decisões do Colegiado de Curso. O membro discente, enquanto não Centro Acadêmico, será sugerido pelo Coordenador de Curso, dentre os representantes de turma.

34

3. A GESTÃO DO CURSO

Todo projeto é, em si, uma tentativa de antecipação da realidade, a expressão da vontade de dar rumos ao futuro. Deste ponto de vista, todo projeto tem um grande desafio: transitar do mundo das ideias e dos sonhos para o mundo da realidade transformada. Particularmente, para um PPC, essa transição apresenta desafios específicos: certa flutuação do corpo docente e alterações dos órgãos colegiados e mesmo dos administradores. Desta forma, esta terceira unidade do PPC objetiva fixar orientações para minimizar as dificuldades para alinhar a futura realidade do curso aos parâmetros práticos, teóricos e metodológicos delineados na primeira e segunda unidade do projeto. São, portanto, orientações para a gestão do curso, porém, elas mesmas sujeitas aos atritos e resistências da realidade e que necessitarão de adaptações.

3.1. Órgãos colegiados

3.1.1. Núcleo Docente e Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante do curso de Pedagogia será implantado, progressivamente, até a solicitação de reconhecimento do curso. Deste modo, nos dois primeiros anos, será constituído por três professores; a partir do terceiro ano, por cinco professores. Todos esses docentes serão indicados para permanecer no NDE até o final do quarto ano de funcionamento do curso.

Quanto à titulação e regime de trabalho dos integrantes do NDE, serão adaptados, paulatinamente, às determinações da Resolução Conaes n.º 1/2010 (COMISSÃO..., 2010), de modo a atendê-la adequadamente a partir do terceiro ou quarto ano de funcionamento do curso.

Os membros do NDE, sugeridos pelo Coordenador de Curso, serão nomeados pelo Diretor Geral da FASPEC, com anuência do Conselho Superior. Durante os quatro anos de implantação do curso ocorrerão substituições apenas em circunstâncias excepcionais que impeçam a permanência no Colegiado, como decisão pessoal de não mais o integrar, desligamento da instituição, três ausências consecutivas a reuniões do colegiado ou cinco não consecutivas, no interstício de um ano letivo. O Conselho Superior, para assegurar ambiente colaborativo e profícuo ao desenvolvimento do curso, poderá determinar o desligamento do docente do NDE.

33

Em decorrência da atribuição precípua de organizar e fazer funcionar o curso, do ponto de vista didático-pedagógico, e de zelar pela aplicação do Regimento da FASPEC, no que se refere ao corpo discente e docente, o Colegiado de Curso deve conhecer em profundidade o PPC e o Regimento da FASPEC.

Habitualmente, o Colegiado de Curso reunir-se-á ao menos uma vez por bimestre letivo e, excepcionalmente, todas as vezes que for convocado por seu Presidente. Excetuando-se as convocações excepcionais, a pauta da reunião deverá ser comunicada a seus integrantes até 24 horas antes do horário previsto para a reunião. De toda reunião será elaborada ata que, após aprovada, será comunicada a toda a comunidade acadêmica, no prazo de 72 horas, tomando-se o cuidado para que seja informada, sobretudo, ao Diretor Geral, ao Conselho Superior e aos docentes.

Caberá ao Coordenador de Curso o encaminhamento das decisões do Colegiado de Curso. Todo membro da comunidade acadêmica pode recorrer das decisões do Colegiado de Curso, ao próprio Colegiado de Curso e, em instância recursal, ao Conselho Superior, instância decisória final.

Na organização didático-pedagógica, compete ao Colegiado de Curso:

- 1 – deliberar e decidir sobre as sugestões do NDE;
 - 2 – aprovar o Plano de Ensino de cada componente curricular, previamente ao início do semestre letivo;
 - 3 – promover a efetivação da proposta didático-pedagógica deste PPC;
 - 4 – exercer a supervisão e regulação do curso, apresentando soluções às necessidades que se apresentarem, prevenindo sua transformação em problemas;
 - 5 – aprovar aproveitamento e planos de estudo em situação de aceitação de transferência, dilação de prazo de conclusão de curso e em todas as outras situações em que se faça necessário recorrer a esses dispositivos;
 - 6 – deliberar e decidir, em matéria didático-pedagógica, sobre representação de estudante ou docente;
 - 7 – deliberar e decidir sobre situações didático-pedagógicas não previstas nestas atribuições e, quando necessário, submetê-las à homologação do Conselho Superior.
- No âmbito administrativo, compete ao Colegiado de Curso:
- 1 – elaborar o calendário acadêmico e submetê-lo à aprovação do Conselho Superior;

35

- 2 – propor ao Diretor Geral, quando necessário, criação de regulamentos ou alteração dos existentes, alterações no PPC ou sua completa reestruturação;
- 3 – propor ao Diretor Geral, quando necessário, a realização de períodos especiais para a realização de disciplinas com o objetivo de permitir a regularização do fluxo do curso;
- 4 – estabelecer normas para a eficácia do ensino e da aprendizagem, aplicáveis à comunidade acadêmica, apenas a docentes, apenas a discentes ou grupo de discentes;
- 5 – cumprir e fazer cumprir o Regimento da FASPEC, determinações do Diretor Geral, do Conselho Superior e dos órgãos de regulação e supervisão do sistema federal de ensino superior;
- 6 – tomar decisões administrativas, no âmbito de sua competência, não previstas nestas atribuições ou no Regimento da FASPEC, desde que necessárias ao bom andamento do curso.

3.2. Coordenação e avaliação do curso

3.2.1. Coordenador de curso

A Coordenação de Curso é atribuição do Colegiado de Curso, porém a responsabilidade de implementação das decisões tomadas por esse colegiado é do Coordenador de Curso, ao qual cabe, também a implementação das decisões do Conselho Superior e as determinações do Diretor Geral, quando atinentes ao curso de Pedagogia. Compreende-se, então, que o Coordenador de Curso é a pessoa chave para o sucesso do curso, pois, no dia a dia, é quem está em contato com alunos e docentes. Há, portanto, muita propriedade na afirmação de que o “curso tem as feições do coordenador”.

Considerando que o curso de Pedagogia da FASPEC está iniciando sua existência convém detalhar as funções do Coordenador de Curso. Um texto, já antigo, da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), distingue quatro funções do Coordenador de Curso: políticas, gerenciais, acadêmicas e institucionais (ABMES, 2002, p. 4). O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do INEP (INSTITUTO..., 2015, p. 18), na dimensão Corpo Docente e Tutorial, enumera três critérios de análise para avaliar a atuação do Coordenador de Curso: gestão do curso, relação com os docentes e discentes e representatividade nos colegiados superiores.

36

A gestão envolve a articulação de pessoas e recursos físicos para a consecução de objetivos. No caso do curso, os objetivos estão descritos e expressos neste PPC e incluem o perfil do egresso. Contudo, é usual que o Coordenador de Curso tenha outros objetivos decorrentes da dinâmica do dia-a-dia. Nesse contexto, é sempre relevante diferenciar entre o necessário e o urgente. Embora o urgente não deva ser descuidado, é conveniente estar focado no necessário e dar soluções ao urgente na perspectiva da realização necessário. Para exemplificar: criar condições favoráveis para que todo aluno construa cada uma das competências do perfil do egresso é necessário; criar e preservar condições favoráveis para que o docente construa boas situações de aprendizagem, é necessário. Providenciar a substituição de tomadas danificadas ou acesso à Internet, em sala de aula, pode ser urgência. Ou seja, a gestão equilibra a atenção ao urgente e ao necessário ou, talvez, melhor, alinha as soluções às urgências com a conquista do necessário.

A função de gestão comporta múltiplas atividades, muitas das quais decorrentes das especificidades do curso. Seria vã a tentativa de lista exaustiva. Isto não significa que o Coordenador deva dispensar-se de ampliar as reportadas e organizá-las no âmbito do próprio curso, uma vez que essa disposição facilita a compreensão mais pormenorizada das necessidades do curso e, conseqüentemente, das ações de gestão a serem desenvolvidas. Os três subtópicos desta seção objetivam prover as bases para essa reflexão do coordenador.

3.2.1.1. Gestão das pessoas

Fundamentalmente, são três as categorias de pessoas com as quais o Coordenador de Curso se envolve, mais frequentemente, nos processos acadêmicos: discentes, docentes e funcionários.

Considerando-se que a gestão é um conjunto de processos para alcançar determinados fins, provavelmente a gestão de pessoas demande, necessariamente:

- 1 – coordenação do processo de seleção de professores;
- 2 – esclarecimento, para toda pessoa, dos fins a serem alcançados no curso;
- 3 – esclarecimento, para toda pessoa, quanto a seu papel na consecução dos fins do curso;
- 4 – atribuição de aulas a docentes;
- 5 – orientação da atuação didático-pedagógica de docentes, em grupo ou individualmente;
- 6 – reconhecimento e elogio da relevância do trabalho realizado com adequação;
- 7 – apreciação frequente – *just in time* – do que determinada pessoa fez/deixou de fazer para o êxito/fracasso do curso;

38

Esses dois documentos podem ser úteis para pensar, com o filtro da finalidade prática, sobre a constelação de conceitos e práticas que sustentam a atuação do Coordenador de Curso. A separação entre funções é relativamente arbitrária; é apenas de ordem didática, objetivando melhor compreender uma atividade unitária e complexa.

Desta complexidade decorre a importância de reunião conjunta – Colegiado de Curso e NDE – ao início de cada ano letivo, para retomar as atribuições de cada colegiado e estabelecer em que podem reorientar, em termos de ações, a gestão do curso.

3.2.1.1. Função política

A Função política aproxima-se dos critérios de “relação com os docentes e discentes e representatividade nos colegiados superiores”, especificados pelo instrumento de avaliação do INEP. Sob o filtro da prática, a função política pode ser entendida como o uso do poder funcional para, como sujeito executivo das decisões do Colegiado de Curso e da direção da FASPEC, criar e manter condições ideais para a realização do ensino e da aprendizagem no âmbito do curso. Isto significa:

- 1 – convocar e presidir reuniões do colegiado de curso;
- 2 – convocar e presidir reuniões do NDE;
- 3 – representar e defender os interesses do curso no Conselho Superior;
- 4 – representar e defender os interesses do curso ante os órgãos de apoio ou de fomento à educação;
- 5 – convocar os docentes do curso para reuniões de planejamento e avaliação;
- 6 – advertir, oralmente e idealmente com respaldo do Colegiado de Curso, docente por omissão em relação às obrigações de docência. Na hipótese de permanência da situação, solicitar providências, preferencialmente por via formal, ao Diretor Geral;
- 7 – advertir, oralmente e idealmente com respaldo do Colegiado de Curso, discente que desrespeite normas acadêmicas. Na hipótese de permanência da situação, representar contra o discente ao Diretor Geral;
- 8 – mediar situações conflituosas, especialmente entre alunos e alunos/docentes;
- 9 – exercer liderança acadêmica no desenvolvimento do ensino e demais atividades do curso;
- 10 – liderar a construção e preservação de ambiente acadêmico estimulante à inovação no ensino e na aprendizagem;
- 11 – contribuir para a consolidação de boa imagem do curso ante a comunidade, em geral, e os órgãos de supervisão e regulação da educação superior.

3.2.1.2. Função de gestão

37

Os canais para que o Coordenador realize essa gestão são formais e informais. Entre os formais, podem ser arrolados: reuniões de planejamento, com as decisões comunicadas a todos; reuniões de acompanhamento das atividades, com pautas claras e atas divulgadas a todos; encontros com representantes de turmas para acompanhar o processo de ensino e aprendizagem; interação, durante o andamento do curso, com aluno que apresentar faltas fora da curva de normalidade, que interrompe/abandona o com a finalidade de estimulá-los; levantamento da taxa de reprovação e busca de soluções ao problema; encontros com funcionários para alinhar a prestação de serviços com o sucesso do curso. Entre os canais informais, podem ser listados: “acolhida” informal, todos os dias, a quem chega para o início das atividades; manutenção de canal de informação em rede social; “ouvidoria” online para que as pessoas possam comunicar situações que as incomodam.

3.2.1.2.2. Gestão dos recursos físicos

Sob o rótulo “recursos físicos” estão incluídas as instalações prediais (salas, laboratórios, biblioteca, sanitários, ambientes de circulação e convivência) e equipamentos (de lâmpadas a equipamentos de laboratório).

Para que os recursos físicos concorram à realização dos fins do curso é necessário que sejam adquiridos/repostos, mantidos e corretamente descartados. Não cabe ao coordenador a execução dessas etapas, mas, cabe-lhe a supervisão para iniciar e acompanhar as ações necessárias a cada um desses processos, de forma a garantir a sustentabilidade do empreendimento, pois nada mais contraditório que uma instituição - que forma educadores - ser descuidada com o desperdício de tempo e recursos.

Os processos de supervisão (no sentido de olhar interessado no bom estado/funcionamento dos recursos físicos) são múltiplos. A supervisão de instalações prediais objetiva, majoritariamente, o reparo ou adequação de ambientes, o que supõe, entendimento com o Diretor para que seja realizada com presteza. A supervisão de equipamentos inclui a solicitação de aquisição/reposição, manutenção adequada e descarte (para quem não fiquem em alguma ponta de corredor, comunicando atitude de desleixo). Se a solicitação de uma lâmpada queimada ou de uma tomada danificada prescinde da intermediação do Diretor, pode não ocorrer o mesmo em relação à aquisição de livros para a biblioteca, equipamentos para a brinquedoteca ou laboratório de informática. Na maior parte

39

das vezes, esses procedimentos envolvem custos relativamente altos, sendo, portanto, conveniente que o Coordenador informe:

- 1 – ao bibliotecário a lista de livros necessários;
- 2 – ao setor de compras, a relação de materiais de expedientes necessários para o período (mês, semestre ou ano);
- 3 – ao Diretor Geral, a relação de equipamentos necessários para a brinquedoteca ou laboratório de informática;
- 3 – ao Diretor Geral, os reparos necessários nas instalações prediais.

3.2.1.2.3. Gestão de processos

Convém lembrar que o termo processo expressa o conceito latino de “caminhar, ir para frente”. Trata-se, portanto, de conjunto sequencial, organizado e articulado de ações, para conseguir determinado objetivo: um produto, a realização de um evento, etc.

Assim, a disposição de organizar as numerosas ações da coordenação como integrantes de um processo, provavelmente seja fundamental para a eficiência e eficácia da coordenação. Por exemplo, o processo seletivo, o processo de matrícula, de registro acadêmico, o processo de eleição, por alunos do sexto e oitavo semestre, das disciplinas eletivas que querem cursar, dentre outros, precisam ser conhecidos e, talvez, acompanhados pelo Coordenador de Curso.

A grande vantagem da concepção de um processo é a exigência de determinar, claramente, o objetivo a ser alcançado e, a partir dessa clareza, articular as ações e descobrir qual é a sequência que mais economicamente permite atingir o alvo. Para processos mais amplos é adequado que a Coordenação do Curso tenha informações básicas sobre gestão ágil de processos, metodologia bastante difundida por consultorias, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e com ampla *webgrafia*.

3.2.1.3. Função Acadêmica

Esta função é a espinha dorsal da ação de coordenação. As demais lhe proveem sustentação. É também a função com a qual a Coordenação está mais habituada; não, necessariamente aquela em que é bem-sucedida.

O texto da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES, lista sete especificações dessa função; quase todas relacionadas ao acompanhamento ou realização do que está no PPC do curso. Talvez seja mais adequado afirmar que o Coordenador, com a

coincidem, inteiramente, com o texto da ABMES. Por função institucional pode-se entender a construção de alguns traços da identidade do curso, sobretudo relacionados com instituições externas.

- 1 – ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes. O Exame é uma realidade irreversível no curto prazo e, devido à divulgação pela imprensa, tem forte incidência na imagem do curso e da instituição, sobretudo se a nota for ruim. Além disso, o relatório de curso que é disponibilizado para cada curso, no portal do INEP, pode ser uma excelente avaliação externa. Ou seja, o Coordenador e Colegiado de Curso precisam assumir um posicionamento político com relação a como trabalhar o ENADE com estudantes e docentes, sabendo que um mau resultado pode ter forte incidência sobre a imagem do curso e da instituição e, ainda, trazer carga adicional de trabalho à Coordenação de Curso e à Faculdade, em decorrência do processo de saneamento que um mau desempenho acarreta.
- 2 – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento. O reconhecimento é vital para o curso e convém não perder prazos. A solicitação de comissão de visita *in loco* para renovação de reconhecimento é dispensável quando o curso consegue obter nota três ou superior no ENADE. Convém, portanto, que esse conceito seja o objetivo mínimo da Faculdade, desde o primeiro ano do curso, pois, além de indicar a eficácia do processo de ensino aprendizagem, evita os trabalhos decorrentes de visitas de comissões do MEC/INEP e evita muitos processos burocráticos para a Faculdade.
- 3 – Acompanhamento dos egressos. Essa é demanda recorrente nos documentos do MEC. Convém que a Coordenação do Curso solicite à Direção da Faculdade que, desde o início do curso, seja sistematizado o processo de acompanhamento dos egressos do curso, durante um determinado prazo. Por exemplo, até cinco anos após a colação de grau. Como há pouca tradição destes procedimentos, no Brasil, é necessário que o aluno seja conquistado para a importância desse programa, antes de sair da Faculdade.
- 4 – Interlocução com Secretarias de Ensino, Conselhos de Educação, sindicatos de trabalhadores na educação e, também, com o sindicato patronal, pois, de acordo com o próprio Parecer CNE/CP n.º 2/20015,

Pode-se assinalar também uma presença junto a agências educacionais não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente. (p. 31).

3.2.2. Avaliação interna e externa do curso

Se a avaliação da aprendizagem, de uma forma ou outra, acompanha a escola desde a sua concepção no início da era moderna, a avaliação institucional é conceito mais recente. No Brasil, tornou-se exigência a partir da Constituição Federal de 1988, referendada pela LDB e implantada pelo SINAES.

A avaliação dos serviços prestados generalizou-se na sociedade contemporânea, muito em decorrência de um axioma da administração: “não se pode administrar o que não se pode medir”. Para melhor continuamente os processos de formação de professores, o curso de

colaboração do NDE e Colegiado de Curso, é o articulador da realização mais perfeita possível do PPC.

O PPC envolve uma pluralidade de processos a serem realizados:

- 1 – **Aulas:** reuniões de docentes, elaboração do horário de aulas, substituição de professores para que os alunos não fiquem um único dia sem aulas, harmonização do horário de utilização do laboratório de informática, da brinquedoteca, biblioteca, etc.
- 2 – **Pré-aulas:** supervisão para que esse diferencial do curso de Pedagogia da FASPEC a ser proposto para todos aos professores, seja qualificado de forma a contribuir para a aprendizagem;
- 3 – **Estágio:** quanto ao estágio supervisionado não obrigatório, manter relação institucional com as instituições intermediadoras de estágio; cuidar para que ocorra a supervisão; providenciar, com a Secretaria Acadêmica, a manutenção e organização da documentação legal sobre essa modalidade de estágio. Quanto ao estágio supervisionado obrigatório, manter contato com as escolas campo de estágio, acompanhar a supervisão realizada pelos professores supervisores de estágio, prover, juntamente com o Diretor Geral, a celebração/renovação de convênios e informar, ao setor responsável pelo Seguro contra acidentes, a relação de estagiários, a data de início e término e outras providências necessárias;
- 4 – **PPC:** acompanhar os projetos definidos, a fim de que as práticas sejam realizadas e avaliadas quanto à relevância para a formação do profissional docente;
- 5 – **Burocracia:** o curso envolve diversos procedimentos burocráticos que precisam ser supervisionados pelo Coordenador de Curso. Entre os principais: aprovação dos planos de Ensino, Confecção dos Diários de Classe, Atas dos Colegiados, Documentação fotográfica dos eventos realizados pela Faculdade. Tudo isto precisa ser devidamente arquivado e de forma organizada a fim de facilitar rápida recuperação quando da solicitação por autoridades educacionais, pelos próprios alunos, ou por outros órgãos da Faculdade.

Há dois suportes para o desenvolvimento da ação acadêmica: conhecimento minucioso do Regimento da Faculdade e deste PPC e, talvez mais relevante, a reunião conjunta do Colegiado de Curso e do NDE, preferivelmente no início do semestre para averiguar como o PPC foi executado no semestre precedente. Basicamente, com três questões:

O que deu certo? O que não deu certo? O que precisa ser feito?

Isto pode ser fundamental para que o PPC passe do status de desconhecido a eixo organizador do curso. Serve, idênticamente, como um dos suportes para a elaboração do relatório anual da CPA.

3.2.1.4. Função Institucional

Reafirmando que a segmentação do trabalho do coordenador é um viés didático para buscar compreender um todo – o trabalho de coordenação do curso –, estes apontamentos não

Pedagogia valoriza as avaliações interna e externa e, em parceria com a Comissão Própria de Avaliação da FAPESC, instituirá sólido programa de avaliação que, entre outras providências, avaliará o desempenho de docente e alunos em cada componente curricular. Para isto, criará formulário eletrônico, utilizando sistemas já desenvolvidos pela mantenedora ou recursos do SurveyMonkey ou Google documento.

Os resultados já consolidados dos questionários, preferivelmente um misto de questões abertas e fechadas, serão analisados em, ao menos uma reunião por semestre, do Colegiado de Curso e NDE, com vistas a corrigir ou reforçar as ações desenvolvidas pelo curso de Pedagogia para qualificar a formação que oferta.

A avaliação externa realizada por diferentes instituições, como Guia do Estudante, INEP/ENADE, INEP/Comissões de visita *in loco* será integrada aos resultados da avaliação interna, objetivando complementá-la, para proceder aos ajustes necessários a prover incessantemente a melhoria do curso. Dentre os resultados das avaliações externas, merecerá especial atenção do NDE, Colegiado de Curso e Coordenação do Curso: relatórios de comissões de visita *in loco*, ENADE: Relatório de Curso; ENADE: Relatório da IES.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) poderá propor outras formas de avaliação interna ou externa.

3.2.3. Acompanhamento e avaliação do PPC

O acompanhamento da implementação do PPC é atribuição precípua do NDE, razão pela qual o Colegiado de Curso solicitará a esse colegiado ao menos um relatório semestral em relação à implantação do PPC. Do relatório, entre outros itens, deverá constar, em todas as vezes, parecer sobre os cinco eixos metodológicos estabelecidos no item *Metodologia* deste PPC.

Além desses itens, o Colegiado de Curso poderá demandar parecer sobre pontos específicos do PPC, sobretudo relacionados à operacionalização do curso. Esses relatórios, que não devem ser extensos para serem práticos, serão, oportunamente e em cada semestre, objeto de estudo do Colegiado de Curso. Ao final ou início do ano, em reunião conjunta, Colegiado de Curso e NDE, a partir desses relatórios, elegerão três ou mais tópicos que apresentaram mais fragilidades para ser objeto de melhoria no ano seguinte ou no que se inicia, com amplo envolvimento dos docentes e discentes.

3.3. Disposições diversas

3.3.1. Jornadas pedagógicas

Progressivamente, o curso de Pedagogia irá constituindo a tradição de seus eventos acadêmicos, tais como Jornadas Pedagógicas nas quais, previamente ao início do semestre, os docentes reunir-se-ão para refletir sobre os processos didático-pedagógicos, harmonizar o tratamento de conteúdos e realização de práticas e, ainda, introduzir melhorias nos processos de ensino.

Idealmente, essas jornadas pedagógicas incluirão a socialização de experiências exitosas de didática do ensino superior, de utilização das pré-aulas, realização das práticas pedagógicas e estágios. Adicionalmente, sempre que possível, docentes da própria Faculdade ou de outras IES serão convidados a impulsionar a reflexão sobre novas abordagens metodológicas ou organizacionais dos processos de ensino.

Jornadas pedagógicas são apenas uma referência para encontros de docentes, cujo nome poderá ser alterado para melhor expressar as práticas de reflexão para a ação, reflexão sobre a ação e reflexão sobre a reflexão sobre a ação, de forma a constituir o docente da FASPEC como profissional reflexivo.

Com o decorrer do curso, a FASPEC poderá formalizar programa de formação continuada para o seu quadro docente.

3.3.2. Eventos acadêmicos

O público alvo, mas não exclusivo, dos eventos acadêmicos que, igualmente, irão se constituindo como tradição com o decorrer do curso, são os estudantes. A natureza e pluralidade desses eventos são múltiplas e, de uma maneira geral, destinam-se à formação de cultura geral ou aprofundamento da formação acadêmica. Podem ser agrupados em dois grupos.

No primeiro grupo, a título de exemplo, incluem-se festivais de dança, música e culturas regionais. No segundo grupo, incluem-se exposição de objetos de ensino resultantes das práticas como componentes culturais, semanas acadêmicas, palestras, cursos de aperfeiçoamento e outros. Neste grupo, a FASPEC poderá recorrer à modalidade de educação a distância se isto facilitar o acesso dos estudantes, como é o caso de tutoriais *online* de uso de utilização de APPs, de caráter pedagógico da Internet, etc.

44

Para os quatro semestres iniciais, conforme critério do item 2.8 do Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação (INSTITUTO..., 2016, p. 27), considerando o total de dez componentes curriculares, a necessidade de docentes especialistas no objeto de conhecimento de cada componente curricular e possibilidade de quatro turmas, estima-se que o quadro docente da FASPEC será constituído conforme o Quadro 6

Quadro 6 – Previsão de ampliação do quadro docente nos oito semestres iniciais

TITULAÇÃO	Nível	Ano I	Ano II	Total	REGIME TRABALHO	Ano I	Ano II	Total
Especialista		1	1	2	Horista	3	0	3
Mestre		2	2	4	Parcial	2	1	3
Doutor		1	1	2	Integral	0	2	2
Total		4	4	8	Total	5	3	8

Fonte: FASPEC, (2018).

Com relação ao trabalho, a FASPEC, espera que cada docente oriente realize, as atividades genericamente sumarizadas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):

Ensinam, articulando o processo de ensino-aprendizagem na formação de profissionais da educação; planejam atividades relativas a cursos e pesquisas; realizam pesquisas científicas sobre o campo educacional; supervisionam formação pedagógica em estágios; orientam alunos; avaliam o trabalho acadêmico científico; coordenam atividades de ensino, pesquisa e extensão, produzem material de trabalho; prestam atendimento às demandas da comunidade na área da educação escolar e não-escolar (educação formal e informal); participam de atividades administrativas, atualizam-se na área e comunicam-se oralmente e por escrito. (CBO 2345).

Concomitantemente, sem ofensa a acordos trabalhistas e à legislação que resguarda os direitos dos trabalhadores, a FASPEC espera que o docente se comprometa com atividades comuns ao exercício da docência. Para evitar compreensões equivocadas, no ato de contratação, o setor de RH providenciará a comunicação, ao contratado, da lista de atividades que lhe poderão ser solicitadas. Especialmente:

- elaborar o plano de ensino de seu componente curricular ou atividade, submetendo-o à aprovação do Colegiado de Curso;
- orientar, dirigir e ministrar o ensino do componente curricular que lhe foi confiado, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;
- registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos;
- organizar e aplicar, pelo menos dois em cada bimestre, dos instrumentos de avaliação de aprendizagem e julgar os resultados apresentados pelos alunos;
- fornecer, ao setor competente, as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, bem como a frequência dos alunos, dentro dos prazos fixados pela FASPEC;
- orientar os trabalhos escolares e quaisquer atividades curriculares ou extracurriculares relacionadas com o componente curricular que lhe foi atribuído;

46

3.3.3. Apoio a órgãos estudantis

A FASPEC reconhece que a participação em órgãos estudantis, como Centro Acadêmico, é relevante para a formação política dos estudantes. Não desconhece, também, que os organismos estudantis são de iniciativa dos estudantes e não devem ser tutelados. Buscando equilíbrio entre essas duas abordagens, a FASPEC discutirá, com os estudantes que tiverem tais iniciativas, formas de apoio à organização e funcionamento do Centro Acadêmico dos estudantes de Pedagogia, ao que qual, se criado e regularizado, poderá caber a indicação do representante dos estudantes no Colegiado de Curso.

4. CORPO DOCENTE

4.1. Corpo docente

O corpo docente é constituído pelos professores contratados pela Mantenedora E-Cuiabá Soluções para Internet Ltda., segundo o regime das leis trabalhistas e na forma prevista na Convenção Coletiva da Categoria para o Estado de Mato Grosso.

Quanto ao regime de trabalho, o professor pode ser contratado como horista, em regime de tempo parcial ou de tempo integral, segundo a seguinte compreensão:

- **Horista:** docente contratado exclusivamente para ministrar aulas, independente da carga horária contratada, ou que não se enquadre nos dois regimes subsequentes;
- **Regime de tempo parcial:** docente contratado atuando com 12 ou mais horas semanais de trabalho, na IES, reservando pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.
- **Regime integral:** docente contratado que presta 40 horas semanais de trabalho, na IES, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação. (INSTITUTO..., 2016, p. 59).

A seleção de professores é organizada pelo Coordenador de Curso e ciência do Colegiado de Curso. O processo seletivo, geralmente, é constituído de entrevista na qual um dos temas será o plano de trabalho, previamente solicitado ao candidato, e prova didática que consiste em aula sobre conteúdo, anteriormente informado ao candidato. A entrevista contará, além do Coordenador de Curso, com funcionário do RH da mantenedora. Para a prova didática, a comissão de seleção será constituída por dois ou três docentes, dos quais, um docente de disciplina afim à do processo seletivo. O tempo de experiência nas educações básica e superior será considerado para a seleção.

45

- responder pela ordem na turma para a qual estiver lecionando, pelo correto uso de equipamentos e pela sua conservação;
- participar das reuniões e trabalhos dos órgãos Colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;
- comparecer às reuniões, previamente convocadas, e solenidades programadas pela FASPEC;
- planejar e orientar pesquisas, estudos e publicações;
- conservar, sob sua guarda, durante o semestre letivo, documentação que comprove seus processos de avaliação e seu desempenho acadêmico;
- comparecer ao serviço, mesmo no período de recesso letivo, sempre que necessário, por convocação da Coordenação do curso ou da Direção Geral da FASPEC;
- elaborar, quando convocado, questões para os processos seletivos, aplicar provas e fiscalizar a sua realização;
- participar da elaboração do projeto pedagógico do curso;
- observar o regime disciplinar da Instituição;
- exercer as demais atribuições previstas em lei, cumprir as determinações de órgãos e autoridades do sistema federal de ensino, bem como, as inscrições no Regimento da FASPEC ou emanadas por suas autoridades acadêmicas.

4.2. Corpo técnico administrativo

Resguardando os critérios das necessidades efetivas da prestação de serviços, com qualidade, da sustentabilidade financeira e da eficiência e eficácia dos trabalhos desenvolvidos, a mantenedora contratará, em conformidade com a CLT e os acordos sindicais, empregados em número e nível de formação adequados e os integrará ao quadro de trabalhadores da FASPEC.

5. INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS

5.1. Salas de aula e apoio

5.1.1. Salas de aula

As salas de aula, devidamente mobiliadas para a finalidade a que se destinam, têm área adequada para acomodar alunos, segundo o número de vagas solicitadas, contam com ar condicionado e luminosidade adequada e equipamentos de informática, conectados à Internet e com possibilidades de conexão a projetor multimídia, disponível na IES.

47

As salas estão em bom estado de conservação e contam com serviço de limpeza e higienização regulares. Contam, ainda, com o devido mobiliário para a acomodação dos estudantes, quadro branco, mesa e cadeira para professores

5.1.2. Sala de coordenação do curso

Há espaço de trabalho destinado à Coordenação de Curso, bem equipado em termos de mobiliário, equipamentos de informática, condicionamento de ar e luminosidade adequada. O espaço conta com serviço regular de limpeza e higienização.

5.1.3. Sala de professores

A sala de professores conta com mobiliário adequado a seu destino, equipamentos de informática conectados à Internet, impressoras e WiFi. Dispõe de sanitários para uso exclusivo de docentes. A sala é dotada de ar condicionado, luminosidade adequada e serviço regular de limpeza e higienização.

5.1.4. Sala de trabalho para professores em tempo integral

Há uma sala para o trabalho de docentes contratados em tempo integral, com luminosidade e condicionamento de ar adequado e acessibilidade. A sala conta com serviço regular de limpeza e higienização e, também, com computadores conectados à Internet e a impressoras.

5.1.5. Secretaria acadêmica

Há espaço destinado à Secretaria Acadêmica, que atende aos critérios de ampla acessibilidade, conforto térmico e de luminosidade. A Secretaria Acadêmica conta com equipamentos de informática conectados à Internet, impressoras e mobiliário e arquivos na quantidade adequada e em adequadas condições de uso e conforto para os trabalhadores. A Secretaria Acadêmica conta com espaço suficiente para atender, com conforto, os usuários internos e externos.

5.1.6. Ambientes diversos

Os espaços comuns – circulação, conjunto de sanitários, cantina – atendem ao número de usuários, em acordo com as normas de acessibilidade, limpeza e higienização e prevenção contra incêndio.

As instalações da FASPEC estão distribuídas em prédio com diversos andares, aos quais se tem acesso por escadas ou elevador.

5.2. Laboratórios e equipamentos

5.2.1. Brinquedoteca

A Brinquedoteca está implantada em sala bem conservada, com ar condicionado e luminosidade adequada. Sua área atende confortavelmente ao número de estudantes, de acordo com a solicitação de vagas, e seu conjunto de brinquedos e demais materiais atende adequadamente à proposta deste PPC.

5.2.2. Laboratório de informática e acesso à Internet

A FASPEC possibilita acesso a equipamentos de informática em duas modalidades: em sala de aula e em laboratório de informática.

As salas de aula contam com computadores conectados à Internet de banda larga e destinam-se ao uso de docentes e discentes para as atividades em sala de aula, conectados ou não a projetores multimídia.

O laboratório de informática conta com 25 computadores com alta performance, conectados à Internet banda larga para garantir acesso veloz e simultâneo à Internet. O uso do laboratório será regulamentado a partir da experiência de demanda.

5.3. Biblioteca

A Biblioteca está localizada em sala adequada à guarda do acervo bibliográfico e conta com funcionários para atender aos usuários. Com o decorrer do curso, a partir da experiência de uso e demanda, será elaborado regulamento próprio para uso e atualização do acervo.

Na biblioteca, o estudante pode contar com, ao menos, quatro exemplares dos títulos da bibliografia básica e dois exemplares dos títulos da bibliografia complementar.

CONCLUSÃO

Poeticamente, já houve quem afirmou que *planejar é amarrar o próprio barco em uma estrela*. A estrela deste PPC é a educação de qualidade. Não desconhecemos que o conceito de “qualidade em educação” é recheado de polêmicas de toda natureza, muitas delas, ideológicas. O curso não se furtará a esse debate, mas, do ponto de vista deste projeto, queremos estabelecer um acordo mínimo inicial.

Entendemos como indicadores de qualidade do curso: [i] reconhecimento do curso com nota mínima 4; [ii] graduação de, ao menos 50% dos ingressantes nos quatro primeiros processos seletivos; [iii] obtenção de conceito 3,0 no primeiro ENADE que o curso realizar.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. **Funções do coordenador de curso:** como “construir” o coordenador ideal. In: ABMES Cadernos, nº 8. 2002. p. 1-32. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/public/arquivos/publicacoes/ABMESCaderno8.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2017.

AMORIM, Felipe. DF, São Paulo e Santa Catarina lideram qualidade de vida entre Estados. **UOL notícias.** Brasília: 22 nov. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/11/22/df-sao-paulo-e-santa-catarina-lideram-desenvolvimento-humano-entre-estados.htm>. Acesso em: 26 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm>. Acesso em 31 mai. 2017.

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução nº 1**, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/consaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/atas-pareceres-e-resolucoes>. Acesso em 2 jun. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 2**, de 9 de junho de 2015. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/21123-2015-pareceres-do-conselho-pleno>. Acesso em 30 mai. 2017.

_____. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (...) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 28 mai. 2017.

GOVERNO DE MATO GROSSO. **História.** Cuiabá, [201-?]. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/>. Acesso em 26 mai. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância.** Brasília: 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/instrumentos>. Acesso em 31 mai. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em 28 mai. 2017.

_____. **Portaria normativa nº 40**, de 12 de dezembro de 2007. (Reeditada e significativamente ampliada em 29 de dezembro de 2010). Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de

APÊNDICES

regulação da educação superior no sistema federal de educação. Disponível em: <http://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/198/portaria-normativa-n-40>. Acesso em 28 mai. 2017.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Meta 1.** Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.observatoriopne.org.br/metaspne/1-educacao-infantil>. Acesso em: 26 mai. 2017.

QEDU. **Distribuição de alunos por nível de proficiência.** Disponível em: <http://www.qedu.org.br/estado/111-mato-grosso/proficiencia>. Acesso em: 26 mai. 2017.

APÊNDICE A – Ementário e referências

1º SEMESTRE

LÍNGUA PORTUGUESA
Ementa: Aquisição e desenvolvimento da linguagem oral. Linguagem, língua e fala. Texto e ensino da língua e da gramática. Gêneros textuais. Usos e formas da língua oral e da língua escrita. Estrutura da língua: aspectos notacionais (letra e som, ortografia, pontuação) e aspectos discursivos (gêneros e tipos de texto). Habilidades linguísticas básicas: falar, escutar, ler e escrever. Relação com as demais áreas do conhecimento.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira. Alfabetização: Propostas e práticas pedagógicas. São Paulo: Contexto, 2012.
BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico. 56. ed. São Paulo: Parábola, 2015.
GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
Complementar:
CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática: Texto, Reflexão e Uso. 4. ed. São Paulo: Atual, 2012.
FAVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. 11. ed. São Paulo: Ática, 2009.
NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.
PIMENTEL, Gouvêa. Português descomplicado. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
FIORIN, José Luiz. Para Entender o Texto: Leitura e Redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO
Ementa: A disciplina contempla o estudo e a análise das contribuições dos saberes filosóficos para a formação da prática educativa, dentro de uma visão que rompe com o paradigma dogmático para a instauração de um paradigma reflexivo. Aborda temas centrais, especialmente voltados para uma reflexão sobre o papel da Educação na sociedade contemporânea, as dimensões éticas do processo educativo.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
ARANHA, Maria Lucia de Arruda. Filosofando: Introdução à filosofia. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.
CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2014.
MARCONDES, Danilo. Iniciação a história da filosofia: Dos pré-socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
Complementar:
ARANHA, Maria Lucia de Arruda. Filosofia da educação. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
DEMO, Pedro. Desafios Modernos da educação. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum a consciência filosófica. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
SILVA, Marcelo Donizete da. Educação, ideologia e complexidade: Contribuição para a crítica ao pensamento de Edgar Morin e sua interface. Jundiaí: Paco, 2012.
BELOTTO, Aneridis A. Monteiro. Interfaces da Gestão Escolar. 2. ed. Campinas: Alínea, 2013.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
Ementa: Educação e historicidade. Educação no Brasil colônia. Educação no Brasil Império. A

constituição do Ensino Público no Brasil. A Educação no período Republicano. A Educação na Era Vargas. Educação no Período Ditatorial. A Educação no período de Redemocratização. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Educação nas Constituições Brasileiras. A Educação no Contexto Atual.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
ARANHA, Maria Lucia de Arruda. História da educação e da pedagogia : Geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
PAIVA, Vanilda. História da educação popular no Brasil : Educação Popular e Educação de Adultos. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015.
RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri. História da educação brasileira : A organização escolar. Campinas: Autores Associados, 2011.
Complementar:
CAMBI, Franco. História da pedagogia . São Paulo: Unesp, 1999.
PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil . 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da educação brasileira : Leituras. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
BELATO, Dinarte; BEDIN, Gilmar Antônio. Brasil 500 anos : A Construção de Uma Nova Nação. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2004.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação . São Paulo: Brasiliense, 2013.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO
Ementa: As bases sociológicas da educação. A educação como processo social. O papel da educação na estrutura social. Educação e desenvolvimento social. A análise sociológica da escola. O sistema escolar e sua construção social.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
MARQUES, Sílvia. Sociologia da educação . Rio de Janeiro: LTC, 2014. (Série Educação).
MEKSENAS, Paulo Meksenas. Sociologia da educação : Introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
TEDESCO, Juan Carlos. Sociologia da educação . 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.
Complementar:
DIAS, Reinaldo. Introdução a sociologia . 2. ed. São Paulo: Pearson, 2010.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : Saberes Necessários a Prática Educativa. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. (Coleção Leitura).
GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
CONCEIÇÃO, Lillian Feingold. Coordenação pedagógica e orientação educacional : princípios e ações em formação de professores e formação do estudante. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. Sociologia da educação : do Positivismo aos Estudos Culturais. São Paulo: Ática, 2010.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS
Ementa: Linguística Aplicada ao ensino e aprendizagem de línguas de sinais. Expressões faciais e gramaticais. Técnicas e habilidades na língua de sinais. Escrita de Língua de Sinais Brasileira. A escrita de sinais: aprendizado do sistema de escrita. A leitura e a escrita da língua de sinais. O alfabetismo na escrita da língua de sinais.
BIBLIOGRAFIAS
Básica
SILVA, Ivani Rodrigues. Cidadania, Surdez e Linguagem : desafios e realidades. São Paulo: Plexus, 2003.
CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MURICIO, Sline Cristina

56

CAVALCANTI, Maria Laura. Ritual e Performance : 4 Estudos Clássicos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. (Coleção Sociologia e Antropologia).
VELHO, Gilberto. Antropologia urbana : Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal - Coleção Antropologia Social. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
MARCONI, Marina de Andrade. Antropologia : uma introdução. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LÍNGUA PORTUGUESA II
Ementa: Linguagem, língua e prática social. Concepções de linguagem e língua. O ensino da língua materna: objetivos conteúdos e aspectos metodológicos; texto como unidade básica de ensino; oralidade; escrita; leitura e análise linguística. Sistemática de avaliação; planejamento e práticas de aula em língua materna.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português . 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.
PIMENTEL, Gouvêa. Português descomplicado . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
FIORIN, José Luiz. Para Entender o Texto : Leitura e Redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.
Complementar:
MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira. Alfabetização : Propostas e práticas pedagógicas. São Paulo: Contexto, 2012.
BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico . 56. ed. São Paulo: Parábola, 2015.
GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna . 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática : Texto, Reflexão e Uso. 4. ed. São Paulo: Atual, 2012.
FAVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais . 11. ed. São Paulo: Ática, 2009.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO
Ementa: A disciplina tem como finalidade ressaltar a Psicologia aplicada à educação e seu papel na formação do professor. A contribuição das teorias do desenvolvimento e da aprendizagem ao processo de ensino e aprendizagem. As principais teorias da psicologia aplicadas à educação escolar. Processos psicológicos da aprendizagem e abordagens cognitivas. Reflexão sobre temas contemporâneos do campo da Educação.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias : Uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
GOULART. Psicologia da Educação : Fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
SALVADOR, César Coll. et al. Psicologia do ensino . Porto Alegre: Artmed, 2000.
Complementar:
BRAGHIROLI, Elaine Maria. et al. Psicologia geral . 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. Psicologia na educação . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
LATAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky e Wallon : Teorias psicogenéticas em discussão. 25. ed. São Paulo: Summus, 1992.
KHOURI, Yvonne G. Temas básicos de psicologia . São Paulo: Epu, 1984.
TELES, Maria Luiza Silveira. O que é psicologia . São Paulo: Brasiliense, 2006.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
Ementa: Abordagem histórica dos conceitos de alfabetização e letramento. Análise dos métodos de Alfabetização. Projeto didático para o trabalho com a leitura e a escrita na

58

L. Novo Dett-libras : Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira. 3. ed Vol I e II. São Paulo: Edusp, 2013.
QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira : Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
Complementar
SACKS, Oliver. Vendo Vozes : Uma viagem ao mundo dos surdos - Edição de Bolso: Uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das letras, 2010. (Edição de Bolso).
SOUZA, Regina Maria. Educação de surdos A . 4. ed. São Paulo: Summus, 2007.
SKILIAR, Carlos. Surdez A : Um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.
CASTANHEIRA, Maria Lúcia. Aprendizagem contextualizada : Discurso e inclusão na Sala de Aula. 2. ed. Belo Horizonte: Ceale Autêntica, 2010.
FIGUEIRA, Alexandre dos Santos. Material de Apoio Para o Aprendizado de Libras . São Paulo: Phorte, 2011.

2º SEMESTRE

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA
Ementa: Estudo da educação no contexto da cultura e da sociedade. Discussão do lugar que a educação ocupa nas sociedades modernas. Reflexão sobre as dinâmicas, ações e movimentos sociais de reivindicação por educação e inclusão social no plano global e local, na contemporaneidade.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
EAGLETON, Terry. A ideia de cultura . São Paulo: Editora UNESP, 2005.
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
SILVA, Luiz H; et al. (Org.). Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais . Porto Alegre: Sulina, 1996.
Complementar:
BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar : a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
CANCLIN, Nestor. Culturas híbridas : estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
CHAUI, Marilena. Cultura e democracia : o discurso componente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2011.
MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
PEREZ Gomes, A.I. A Cultura escolar na sociedade neoliberal . Porto Alegre: Artmed, 2001.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA
Ementa: A história africana e indígena no Brasil e a compreensão dos processos de diversidade étnico-racial e étnico-social na formação político, econômica e cultural do Brasil. Estudo das Histórias, Estéticas e manifestações das culturas africanas e afro-descendentes no Brasil, além das diversas manifestações das culturas indígenas.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo: Brasiliense, 2012.
BOAS, Franz. Antropologia cultural . Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
KUSCHNIR, Karina. Antropologia da política . Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
Complementar:
MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
GEERTZ, Clifford. Interpretação das Culturas , A. Rio de Janeiro: LTC, 2014. (Edição Atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico).

57

Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Programas e projetos de alfabetização atuais. A persistência de dilemas: prontidão para a alfabetização e cartilhas de alfabetização.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
LEITE, Sergio Antonio da Silva; COLELLO, Sílvia M. Gasparian. Alfabetização e letramento . Coleção Pontos e Contrapontos. 2. ed. São Paulo: Summus, 2010.
PÉREZ, Luis Di Muro. Professoras alfabetizadoras : Histórias plurais, práticas singulares. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
FERREIRO, Emilia. Alfabetização em processo . 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
Complementar:
PÉREZ, Paulo. Importância do ato de ler em três artigos que se completam . 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 22 v.
MOLLICA, Maria Cecília Mollica. Fala, letramento e inclusão social . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
PACHECO, José. Caminhos para inclusão : um guia para o aprimoramento. Porto Alegre: Artmed, 2007.
LEITE, César Donizetti Pereira. Labirinto infância linguagem e escola . Taubaté: Cabral, 2007.
MONTEIRO, Maria Iolanda. Alfabetização e letramento na fase inicial da escolarização . São Carlos: EDUFSCAR, 2010.

3º SEMESTRE

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA
Ementa: Visão teórica e prática atualizada e reflexiva do ensino da leitura e escrita em Língua Portuguesa. A comunicação e o desenvolvimento humanos. Aquisição e desenvolvimento da escrita. Métodos de alfabetização e aquisição da escrita. Produção e apropriação da língua escrita. Processo ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
BARRETO, Rosângela Marta Siqueira. Parâmetros Curriculares Nacionais : língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 2 v.
FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita . Porto Alegre: Artmed, 1999.
NASPOLINI, ANA TEREZA. Tijolo por tijolo : Prática de ensino de língua portuguesa. São Paulo: FTD, 2010.
Complementar:
KATO, Mary Aizawa. A concepção da escrita pela criança . 4.ed. Campinas: Pontes, 2010.
MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Selar. Português instrumental : De acordo com as normas atuais da ABNT. 29. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
SMOLKA, Ana Luiza. A criança na fase inicial da escrita : A alfabetização como Processo discursivo. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
BIZZOTTO, Maria Inês; AROEIRA, Maria Luiza C.; PORTO, Amélia. Alfabetização linguística da teoria à prática . Belo Horizonte: Dimensão, 2010.
BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico . 56. ed. São Paulo: Parábola, 2015.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE ENSINO EM CIÊNCIAS
Ementa: Introdução aos fundamentos teóricos do ensino em ciências. O conteúdo de ciências na

59

Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. O que estudar em Ciências. A experimentação no ensino de Ciências. Projetos inovadores no ensino de ciências no Brasil. O Currículo das Ciências concepção problematizadora.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
CHALMERS, Alan F. O que é ciência afinal? . São Paulo: Brasiliense, 1993.
POZO, Juan Ignacio; CRESPO, Miguel Angel Gomez.
A aprendizagem e o ensino de ciências: Do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
BIZZO, Neli; CHASSOT, Attico. Ensino de ciências . São Paulo: Summus, 2013.
Complementar:
CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensino de ciências: Unindo a pesquisa e a prática . São Paulo: Cengage Learning, 2015.
CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. O ensino das ciências como compromisso científico e social . São Paulo: Cortez, 2012.
ESPINOZA, Ana. Ciências na escola: Novas perspectivas para a formação dos alunos. São Paulo: Ática, 2010.
MÜLLER, Fernanda. Teoria e prática na pesquisa com crianças: Diálogos com William Corsaro. São Paulo: Cortez, 2009.
ANDERY, Maria Amália et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. 4. ed. Rio de Janeiro: Gramond Universitária, 2014.

FUNDAMENTOS DE PSICOPEDAGOGIA
Ementa: O processo de ensino e de aprendizagem. Teorias psicopedagógicas. O fracasso escolar e a psicopedagogia. Abordagens psicopedagógicas na ação educadora de perspectiva interdisciplinar, com ênfase no caráter preventivo das dificuldades de aprendizagem.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
BOSSA, Nádia A. Psicopedagogia no Brasil . 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.
SOLÉ, Isabel. A orientação educacional e a intervenção psicopedagógica . Porto Alegre: Artmed, 2001.
SISTO, Fermino Fernandes. Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico . Petrópolis: Vozes, 2001.
Complementar:
DIAZ, Félix. O processo de aprendizagem e seus transtornos . Salvador: EDUFBA, 2011.
PORTO, Olívia. Psicopedagogia institucional: teoria, prática e assessoramento psicopedagógico. Rio de Janeiro: Wak, 2006.
RUBINSTEIN, Edith. (Org.). Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos. Casa do Psicólogo, 1999.
SAMPAIO, Simaia. Dificuldades de aprendizagem: a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola. Rio de Janeiro: Wak, 2008.
VISCA, Jorge. O diagnóstico operatório na prática psicopedagógica . São Paulo: Click Books, 2008.

DIDÁTICA
Ementa: O processo de ensino e suas relações. A relação teórico-prática na formação do educador. Contribuição da pesquisa para a construção do saber sobre didática. A sala de aula como objeto de análise: objetivos, conteúdos, organização. Planejamento e avaliação de ensino numa perspectiva crítica da educação. Plano de Ensino e Plano de Aula.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:

60

MANTOVANI, Susanna. Manual de educação infantil: De 0 a 3 anos. 9. ed. São Paulo: Artmed, 1998.
REDIN, Marita Martins; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na Educação Infantil . 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.
Complementar:
ZABALA, Antoni. A prática educativa: Como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.
CANDAU, Vera Maria. Rumo a uma nova didática . 24. ed. Petrópolis: VOZES, 2014.
ALVES, Rubem. A alegria de ensinar . 14. ed. CAMPINAS: Papirus, 2012.
KRAMER, Sonia. A Política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
FRAGELLI, Patricia M.; CARDOSO, Luciana C. Currículo (s) e educação infantil: Retrospectiva e perspectivas de trabalho. São Carlos: EDUFSCAR, 2011. (Coleção UAB).

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE ENSINO DA MATEMÁTICA I
Ementa: Os fundamentos e as metodologias do ensino de Matemática na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. As principais tendências e os conteúdos da educação Matemática nos dias atuais. Os conteúdos matemáticos que devem ser trabalhados na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Tratamento dos conteúdos matemáticos.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
RUSSELL, Bertrand. Introdução à filosofia matemática . Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
FIORENTINI, Dario; NACARATO, Adair Mendes. Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática . São Paulo: Musa, 2005.
ROONEY, Anne. A história da matemática: Desde a criação das pirâmides até a exploração do infinito. São Paulo: M.Books, 2012.
Complementar:
FABER, Adele; MAZLISH, Elaine. Como falar para o aluno aprender . 2. ed. São Paulo: Summus, 2005.
ABERKANE, Françoise Cerquetti; BERDONNEAU, Catherine. O ensino da matemática na educação infantil . Porto Alegre: Artmed, 1997.
KAMIL, Constance. A criança e o número . 39. ed. Campinas: Papirus, 2012.
SOUZA, Roselene Ferreira. Parâmetros Curriculares Nacionais Para o Ensino de Ciências Naturais: Desafios para a ação docente. Curitiba: Appris, 2013.
D'AMORE, Bruno. Elementos de didática da matemática . São Paulo: Liv. da Física, 2007.

TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO
Ementa: As tecnologias e a educação: suas aplicações no processo de ensino-aprendizagem numa abordagem crítica. Seleção e utilização de recursos tecnológicos e multimeios no estudo das linguagens e das novas tecnologias em sistemas educativos presenciais.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
FERNANDES, Natal Lania Roque. Professores e computadores: navegar e preciso. Porto Alegre: Mediação, 2004.
MASETTO, Marcos; MORAN, José; BEHRENS, Marilda. Novas tecnologias e mediação pedagógica . Campinas: Papirus, 2000.
MERCADO, Luis P. Tendências na utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação . Maciço: EDUFAL, 2004.
Complementar:
COLL, César; MONERO, Carlos. A psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

62

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: Da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.
ZABALA, Antoni. A prática educativa: Como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.
HERNANDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: Os projetos de trabalhos. Porto Alegre: Artmed, 1998.
Complementar:
CANDAU, Vera Maria. Rumo a uma nova didática . 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo . São Paulo: EPU, 2014.
EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. As cem linguagens da criança: abordagem Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999.
WERNECK, Hamilton. Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo . 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
GADOTTI, Moacir. Pedagogia da práxis . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

METODOLOGIA CIENTÍFICA
Ementa: Ciência: senso comum e ciência, tipos de conhecimento, método científico, ciência e espírito científico. Introdução ao planejamento da pesquisa científica (finalidades, tipos, etapas, projeto e relatório). Orientação para apresentação pública de trabalhos de pesquisa. Introdução ao estudo da elaboração de monografias e textos científicos.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
CARVALHO, Maria Cecília M. de. Construindo o saber : metodologia científica : fundamentos e técnicas. 24. ed. Campinas: Papirus, 2012.
MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: Um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
Complementar:
FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para trabalho científico . 17. ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2015.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
BARROS, Aídel de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide A. S. Projeto de pesquisa: Propostas metodológicas. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
DOMÍNGUES, Muricy. Bases metodológicas para o trabalho científico: Para alunos iniciantes. Bauri: EDUSC, 2013.

4º SEMESTRE

FUNDAMENTOS DA DIDÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Ementa: Planejamento e organização do ensino a partir do entendimento da dinâmica institucional e dos processos organizativos na Educação Infantil. Planejamento didático em Educação Infantil: introdução, justificativa, objetivos, conteúdos específicos, etapas previstas, coleta e análise de dados.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
LOPES, Amanda Cristina Teagno. Educação infantil e registro de práticas . São Carlos: Cortez, 2009.

61

HEIDE, Ann; STILBORNG, Linda. Guia do professor para a Internet . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000
LEMOES, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2010.
LEVY, Pierre. As Tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: 2005.
SILVA, Marcos. Educação online . São Paulo: Loyola, 2004.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM
Ementa: Dificuldades de Aprendizagem. Fracasso escolar. Transtorno das habilidades escolares. Caracterização, avaliação e intervenção nas principais dificuldades de aprendizagem. Estudos de caso.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
DOLZ-MESTRE, Joaquim; GAGNON, Roxane; DECÂNDIO, Fabrício Roberto. Produção escrita e dificuldades de aprendizagem . Campinas: Mercado das Letras, 2010.
MONTIEL, José. Atualização em transtornos de aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 2007.
SENNEY, Alexa L.; CAPOVILLA, Fernando C.; MONTIEL, José M. Transtornos de aprendizagem: da avaliação à realidade. Porto Alegre: Artmed, 2008.
Complementar:
AZEVEDO, Antônia C. Brinquedoteca: no diagnóstico e intervenção em dificuldades escolares. 2. ed. São Paulo: Alinea, 2004.
GLAT, Rosana. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.
MATA, Francisco Salvador. Como prevenir as dificuldades na expressão escrita . Porto Alegre: Artmed, 2003.
TEIXEIRA, Josele; NUNES, Liliane. Avaliação inclusiva: a diversidade reconhecida e valorizada. Rio de Janeiro: Wak, 2010
WEISS, Maria Lúcia Leme. Vencendo as dificuldades de aprendizagem escolar . Rio de Janeiro: Wak, 2009.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO
Ementa: Estudo das principais políticas públicas educacionais da contemporaneidade. Compreensão da atual conjuntura da organização do trabalho, da organização social, política econômica e seus vínculos com as propostas na área educacional.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de. (Orgs.). Gestão e políticas da educação . Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
OLIVEIRA, Carlos Roberto de; et al. Organização da educação brasileira: níveis e modalidades. Marília: M3T Tecnologia e Educação, 2009.
OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa; CATANI, Afrânio Mendes. (Orgs.). Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na constituição federal e na LDB. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.
Complementar:
BRZEZINSKI, Iria. (Org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
CUNHA, Luiz Antônio. Escola pública, escola particular e a democratização do ensino . 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima. (Orgs.). Política e gestão da educação . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
PLANK, David N. Política educacional no Brasil: caminhos da salvação da pátria. Porto Alegre:

63

Artmed, 2001.
SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao novo plano nacional de educação : por uma outra política educacional. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

5º SEMESTRE

LUDICIDADE E EDUCAÇÃO
Ementa: As contribuições sociológicas, educacionais, psicológicas, antropológicas e folclóricas do jogo para a educação infantil. Compreensão do termo ludicidade e sua importância para a educação infantil. Estrutura e características da ludicidade. O jogo como instrumento metodológico. Os tipos de jogos e as áreas desenvolvidas.
BIBLIOGRAFIAS
Básica: BIANCHINI, Luciane Guimarães Batistella; ARRUDA, Renata Beloni; GOMES, Ligiane Raimundo. Ludicidade e educação . Londrina: Editora e Distribuidora S.A., 2015. MALUF, Ângela Cristina Munhoz. Atividades lúdicas para educação infantil : conceitos, orientações e práticas. Petrópolis: Vozes, 2009. MARINHO, Herminia Buest; et al. Pedagogia do movimento : universo lúdico e psicomotricidade. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2007.
Complementar: ALMEIDA, Paulo Nunes. Educação lúdica : brincadeiras e jogos populares. Atividades de ensino-aprendizagem. Vol. II. São Paulo: Loyola, 2010. ALMEIDA, Paulo Nunes. Educação lúdica : jogos pedagógicos, estratégias de ensino-aprendizagem. Vol. III. São Paulo: Loyola, 2014. FRIEDMANN, Adriana. Brincar, crescer e aprender : o resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 1996. SOUZA, Claudenice Costa. Ludicidade, jogos e brincadeiras de matemática para a educação infantil . Curitiba: Appris, 2016. SUZUKI, Juliana Telles Faria. et al. Ludicidade e educação . Vol. I. São Paulo: Loyola, 2010.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE ENSINO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA
Ementa: O ensino de Geografia e História na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental: tendências, pressupostos teórico-metodológicos. A construção dos conceitos de espaço e tempo e relações sociais. Processo ensino-aprendizagem de Geografia e História na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental.
BIBLIOGRAFIAS
Básica: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. (Orgs.). Ensino de História : conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. ANTUNES, Aracy do Rego; MENANDRO, Heloisa F.; PAGANELLI, Tomoko I. Estudos sociais : teoria e prática. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999. CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos Castro. (Org.). Ensino de Geografia : práticas e contextualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.
Complementar: CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos . Campinas: Papirus, 1998. KARNAL, Leandro. (Org.). História na sala de aula : conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003. MONTELLATO, Andrea R. D; et al. História temática : tempos e culturas. São Paulo: Scipione, 2000 PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do ensino de História e Geografia . Petrópolis: Vozes,

64

EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Ementa: A Educação inclusiva nos aspectos históricos, filosóficos, sociais e psicológicos. Caracterização dos vários grupos de indivíduos com deficiências e necessidades educacionais especiais. Educação inclusiva: políticas e suas implicações organizacionais e pedagógicas
BIBLIOGRAFIAS
Básica: ANDRÉ, Marli. (Org.). Pedagogia das diferenças na sala de aula . Campinas: Papirus, 2002. CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem . Porto Alegre Mediação, 2002. MAZZOTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil : histórias e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.
Complementar: AGUIAR, João Serapião de. Educação inclusiva : jogos para o ensino de conceitos. 3. ed. Campinas: Papirus, 2007. BRASIL. Decreto nº 3.956/01. Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência . Brasília: 2001. BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia R. M.; JESUS, Denise M. de. (Org.). Educação especial : diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008. MAZZOTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil : história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996. PACHECO, José. et al. Caminhos para a inclusão : um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.
ESTÁGIO I – EDUCAÇÃO INFANTIL: 0 A 3 ANOS
Ementa: Reflexões teórico-práticas sobre a Educação Infantil. Conhecimento da história e das concepções de Educação Infantil. As perspectivas de uma pedagogia da infância. Análise contextual e caracterização dos processos organizativos das instituições de Educação Infantil, os elementos tempo e espaço pedagógicos. Compreensão das estruturas curriculares e as organizações didático-metodológicas da Educação Infantil. Implicações da ação pedagógica nas interações entre docentes, crianças e comunidade.
BIBLIOGRAFIAS
Básica: BIANCHI, Ana Cecília de Moraes; BIANCHI, Marina Alvarenga Roberto. Manual de orientação : estágio supervisionado. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. OSTETTO, Luciana Esmeralda. (Org.). Encontros e encantamento na Educação Infantil : partilhando experiências de estágios. Campinas: Papirus, 2000. RIZZO, Gilda. Creche : organização, currículo, montagem e funcionamento. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.
Complementar: BARBOSA, Maria Carmem Silveira. Por amor e por força : rotinas na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006. LIMA, Maria Socorro Lucena. A hora da prática : reflexões sobre o estágio supervisionado e ação docente. São Paulo: Cortez, 2017. MARTINS FILHO, Ailton José. (Org.). Criança pede respeito : temas em educação infantil. Porto Alegre: Mediação, 2005. SILVA, Mônica Caetano Vieira da. O estágio no curso de Pedagogia . Vol. I. Curitiba: IBPEX, 2010. SILVA, Mônica Caetano Vieira da; URBANETZ, Sandra T. (Orgs.). O estágio no curso de Pedagogia . Vol. II. Curitiba: IBPEX, 2010.

66

2001.
SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. Ensinar História no século XXI : em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2007.

FUNDAMENTOS DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Ementa: O cuidar e o educar: o papel do professor na Educação Infantil. A ação educativa e possíveis intervenções. A importância do corpo na formação psicossocial e física da criança na escola. A família e a creche/escola. Conhecimento físico, social e lógico. Concepções e relações pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem. Planejamento didático em educação infantil: introdução, justificativa, objetivos, conteúdo específico, etapas previstas, coleta e análise de dados.
BIBLIOGRAFIAS
Básica: LOPES, Amanda Cristina Teagno. Educação Infantil e registro de práticas . São Paulo: Cortez, 2009. MANTOVANI, Susanna. Manual de Educação Infantil : de 0 a 3 anos. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. REDIN, Marita Martins; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Planejamento, práticas e Projetos Pedagógicos na Educação Infantil . 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.
Complementar: ALVES, Ruben. A alegria de ensinar . 14. ed. Campinas: Papirus, 2012. ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014. FRAGELLI, Patricia M; CARDOSO, Luciana C. Curriculo(s) e Educação Infantil : retrospectiva e perspectivas de trabalho. São Carlos: EDUFSCAR, 2011. GRANVILLE, Maria Antônia. Currículos, sistemas de avaliação e práticas educativas : da escola básica à universidade. Campinas: Papirus, 2011. KRAMER, Sônia. A política do pré-escolar no Brasil : a arte do disfarce. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE ENSINO DA MATEMÁTICA II
Ementa: Organização do processo ensino-aprendizagem da Matemática. Concepções e desenvolvimento de currículo de Matemática visando à construção da cidadania e interdisciplinaridade. Planejamento do ensino da Matemática como seleção e organização dos conteúdos. Metodologia e técnicas de ensino aplicadas à Matemática. Situações didáticas e material didático.
BIBLIOGRAFIAS
Básica: D'AMORE, Bruno. Elementos de didática da Matemática . São Paulo: Livraria da Física, 2007. KAMI, Constance. A criança e o número . 39. ed. Campinas: Papirus, 2012. PANIZZA, Mabel. Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais . Porto Alegre: Penso, 2016.
Complementar: ABERKANE, Françoise Cerquetti; BORDENEAU, Catherine. O ensino da Matemática na Educação Infantil . Porto Alegre: Artmed, 1997. FABER, Adele; MAZLISH, Elaine. Como falar para o aluno aprender . 2. ed. São Paulo: Summus, 2005. FIORENTINI, Dario; NACARATO, Adair Mendes. Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam Matemática . São Paulo: Musa, 2005. ROONEY, Anne. A história da Matemática : desde a criação das Pirâmides até a exploração do infinito. São Paulo: Makron Books, 2012. RUSSEL, Bertmad. Introdução à filosofia da Matemática . Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

65

6º SEMESTRE

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
Ementa: Concepções de planejamento educacional. O planejamento educacional no Brasil. O planejamento participativo na escola. O processo de planejamento e desenvolvimento de ensino. Planejamento estratégico. Tipos de plano: componentes básicos. Ações interdisciplinares.
BIBLIOGRAFIAS
Básica: DALMÁS, Ângelo. Planejamento participativo na escola : elaboração, acompanhamento e avaliação. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa . 11. ed. São Paulo: Loyola, 2000. KUENZER, Acácia Zeneida. Planejamento e educação no Brasil . 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
Complementar: CERVI, Rejane de Medeiros. Planejamento e avaliação educacional . 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008. MARTINS, Ângela Maria. Autonomia da escola : a (ex)ensão do tema nas políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2002. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico : do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2008. VEIGA, Ilma Passos Alencar. (Org.). Projeto político pedagógico da escola : uma construção possível. 13. ed. Campinas: Papirus, 2001. VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. Planejamento participativo na escola : um desafio ao educador. 2. ed. São Paulo: EPU, 2000.

CURRÍCULOS E PROGRAMAS
Ementa: Promover o estudo das diferentes concepções de currículo articulando-os à aspectos pedagógicos, políticos, culturais e econômicos que contribuem para caracterização desse campo do saber. A importância do currículo para a formação teórico-prática.
BIBLIOGRAFIAS
Básica: COSTA, Marisa Vorraber. O currículo nos limiares do contemporâneo . 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. SACRISTAN, J. Gimeno. O currículo : uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. SILVA, Thomas Tadeu. Documentos de identidade : uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
Complementar: GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo na contemporaneidade : incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003. HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. MOREIRA, Antônio Flávio B. (Org.). Curriculo : questões atuais. 6. ed. Campinas: Papirus, 2003. ROCHA, Ubiratan. História, currículo e cotidiano escolar . São Paulo: Cortez, 2002. SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Curriculo, cultura e sociedade . São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRAGOGIA
Ementa: Os fundamentos da Educação de Jovens e Adultos. O lugar sócio-político da Educação de Jovens e Adultos. A Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da inclusão, da autonomia e cidadania.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:

67

AQUINO, Carlos Tasso Eira de. Como aprender andragogia e as habilidades de aprendizagem . São Paulo: Pearson, 2008.
BELLAN, Zezina Soares. Andragogia em ação . Piracicaba: Z3, 2008.
PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos . 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
Complementar:
BELLAN, Zezina Soares. Andragogia em ação : como ensinar adultos sem se tornar maçante. Santa Bárbara d'Oeste: SOCEP Editora, 2005.
KNOWLES, Malcolm; et al. Aprendizagem de resultados : uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
NOGUEIRA Makelina Oliveira Gomes. Aprendizagem do aluno adulto : implicações para a prática docente no ensino superior. Curitiba: IBPEX, 2009.
ROGERS, Jenny. Aprendizagem de adultos : fundamentos para educação corporativa. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
PICONEZ, Stela Conceição B. Educação escolar de jovens e adultos . Campinas: Papirus, 2006.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL
Ementa: As políticas educacionais, a legislação e suas implicações para a organização da atividade escolar. Escolarização. Análise das relações entre educação, estado e sociedade. Estudo da organização da educação brasileira: dimensões históricas, políticas, sociais, econômicas e educacionais. Análise da educação na Constituição Federal de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96).
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
BRZEZINSKI, Iria. LDB Interpretada : diversos olhares se encontram. São Paulo: Cortez, 2005.
BRANDÃO, Carlos Fonseca. LDB: passo a passo . Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Comentada e interpretada artigo por artigo. São Paulo: Avercamp, 2003.
OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza. (Orgs.). Organização do ensino no Brasil : níveis e modalidades. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.
Complementar:
CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil : leitura crítica compreensiva artigo a artigo. Petrópolis: Vozes, 1998.
CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação educacional brasileira . Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar : políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima F. (Orgs.). Política e gestão da educação . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
PLANK, David N. Política educacional no Brasil : caminhos da salvação da pátria. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ESTÁGIO II – EDUCAÇÃO INFANTIL: 4 E 5 ANOS
Ementa: Reflexões teórico-práticas sobre a Educação Infantil Pré-Escolar. Conhecimento da história e das concepções de Educação Infantil. As perspectivas de uma pedagogia da infância. Análise contextual e caracterização dos processos organizativos das instituições de Educação Infantil, os elementos tempo e espaço pedagógicos. Compreensão das estruturas curriculares e as organizações didático-metodológicas da Educação Infantil. Implicações da ação pedagógica nas interações entre docentes, crianças e comunidade.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
BIANCHI, Ana Cecília de Moraes; BIANCHI, Marina Alvarenga Roberto. Manual de orientação : estágio supervisionado. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
OSTETTO, Luciana Esmeralda. (Org.). Encontros e encantamento na Educação Infantil :

68

ARSLAN, Luciana Mourão; IAVELBERG, Rosa. Ensino de arte . São Paulo: Cengage Learning, 2009.
NAPOLITANO, Marcos. Como usar a televisão na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2008.
RENGEL, Lenira. Cadernos de corpo e dança . São Paulo: Annablume, 2006.
SANAFELLA, Lúcia. Culturas e artes do pós-humano : da cultura das mídias à cibercultura. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2004.
SHAFER, Murray. O ouvido pensante . São Paulo: EDUNESP, 1991

EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Ementa: Educação ambiental, sua evolução histórica e conceitual. Vertentes da Educação ambiental: ecológico, preservacionista e sócioambiental. Alternativas metodológicas para a inserção da educação ambiental no currículo escolar. Tecnologias educacionais – instrumentos para “o fazer” pedagógico da educação ambiental.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
ANDRADE, Keila Maria de Alencar Bastos. Educação ambiental : a formação continuada do professor. Jundiaí: Paco, 2012.
BRANCO, Sandra. Meio ambiente e educação ambiental na Educação Infantil e Ensino Fundamental . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
TRISTÃO, Martha. A Educação ambiental na formação de professores : rede de saberes. São Paulo: Annablume, 2004.
Complementar:
DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental : princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004.
HAMMES, Valéria Sucena. Educação Ambiental : construção da proposta pedagógica. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2004.
TALAMONI, Jandira L. B. Educação ambiental : da prática à pedagogia da cidadania. São Paulo: Escrituras, 2003.
TRAVASSOS, Edson Gomes. A Prática de educação ambiental nas escolas . Porto Alegre: Mediação, 2004.
VILELA, Gracielle Carrijo. Direito e meio ambiente : reflexões atuais. Belo Horizonte: Forum, 2009.

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE
Ementa: O cotidiano educacional, o contexto escolar, a diversidade e a escola inclusiva, os conceitos de integração, inclusão e exclusão, diversidade, pluralidade, igualdade e diferença; os processos de inclusão e exclusão na rede regular de ensino. Acessibilidade. Pessoas com necessidades educacionais específicas. Dificuldades de aprendizagem. Tecnologias Assistivas. Legislação e políticas públicas em educação inclusiva no Brasil. Relações de gênero e diversidade sexual.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
PEREIRA, Edmilson de Almeida. Malungos na escola : questões sobre culturas afrodescendentes em educação. São Paulo: Paulinas, 2007.
SANTOS, Renato Emerson dos. (Org.). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais : o negro na geografia do Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Gutenberg, 2009.
Complementar:
CERTEAU, Michel. A Invenção do cotidiano : artes de fazer. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais . 2. ed. Baur: Eduse, 2002.
HALL, Stuart. Da diáspora, identidades e mediações culturais . Belo Horizonte: UFMG, 2008.
KRASILCHIK, Miriam; MARANDINO, Marta. Ensino de ciências e cidadania . São Paulo:

70

partilhando experiências de estágios. Campinas: Papirus, 2000.
SILVA, Mônica Caetano Vieira da. O estágio no curso de Pedagogia . Vol. I. Curitiba: IBPEX, 2010.
Complementar:
ANGOTTI, Maristela. Educação infantil : para que, para quem e por quê. Campinas: Alínea, 2006.
BAZILIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. Infância, educação e direitos humanos . São Paulo: Cortez, 2003.
CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis A. E. Educação infantil : para que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.
GODALL, Teresa. HOSPITAL, Anna. 150 propostas de atividades motoras para a educação infantil : de 3 a 6 anos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
KRAMER, Sonia. Profissionais de educação infantil : gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.

7º SEMESTRE

EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES
Ementa: Caracterização dos espaços não escolares em educação. Espaços não formais institucionalizados e não institucionalizados. Relações dos espaços escolares e não escolares como possibilidades de mudança de comportamento frente aos problemas sociais e ambientais. A oportunidade de atuação do Pedagogo nos espaços não escolares.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
DELORS, Jacques. Educação : um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/ UNESCO, 1998.
GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política : impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. Pedagogia empresarial : atuação do pedagogo na empresa. Rio de Janeiro: Wak, 2008.
Complementar:
AROSA, Armando C.; SCHILKE, Ana Lúcia. (Orgs.). A escola no hospital : espaço de experiências emancipatórias. Niterói: Intertexto, 2008.
BRANDÃO, Zaia (Org.). A crise dos paradigmas e a educação . São Paulo, Cortez, 1994.
GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e educador social : atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2011.
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola : teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2002.
LOPES, Isolda (Org.). Pedagogia empresarial : formas e contexto de atuação. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DA ARTE
Ementa: A importância da arte na educação como processo de criação. Valorização da expressão artística favorecendo a aproximação frente ao conhecimento das diferentes linguagens da arte. Visão em arte e educação para a Educação Infantil e para as séries iniciais do Ensino Fundamental. A arte como elemento integrador das demais disciplinas na escola. Metodologia para aplicação dos conhecimentos em artes. Planejamento de atividades artísticas.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
FERREIRA, Sueli. O ensino das artes : construindo caminhos. 7. ed. Campinas: Papirus, 2009.
HORN, Maria da Graça Souza. Saberes, cores, sons, aromas : a organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.
MARTINS, Miriam Celeste. Teoria e prática do ensino da arte . São Paulo: FTD, 2009.
Complementar:

69

Moderna, 2004.
WORTMANN, Maria Lúcia Castagna, et al. (Org.). Ensaio em estudos culturais, educação e ciência : a produção cultural do corpo, da natureza, da ciência e da tecnologia, instâncias e práticas contemporâneas. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

AValiação DA APRENDIZAGEM E DO ENSINO
Ementa: Elementos essenciais de avaliação. O desafio de avaliar o desempenho. Avaliar x testar. Tipos de avaliação aplicados na educação infantil e suas manifestações na prática. Avaliação educacional: planejamento, implementação e operacionalização. A avaliação como possibilidade do aprender. Avaliar com portfólios.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
ESTEBAN, Maria Teresa. O que sabe quem erra? Reflexões sobre a avaliação e o fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
HOFFMANN, Jussara. Avaliação : mito e desafio – uma perspectiva construtivista. 41. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
LUCKESI, Carlos Cipriano. Avaliação da aprendizagem : componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.
Complementar:
HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora : uma prática em construção – da pré-escola à universidade. 14. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.
PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola . Porto Alegre: Artmed, 1999.
PERRENOUD, Philippe; THULER, Monica Gather. As competências para ensinar no século XXI : a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.
RABELO, Edmar Henrique. Avaliação : novos tempos, novas práticas. 4. ed. Petrópolis: v Vozes, 2000.
VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico . 5. ed. Campinas: Papirus, 2004.

ESTÁGIO III – ENSINO FUNDAMENTAL: SÉRIE INICIAIS
Ementa: Reflexões teórico-práticas sobre as séries iniciais do Ensino Fundamental da história e suas concepções. As perspectivas de uma pedagogia da infância. Análise contextual e caracterização dos processos organizativos das instituições de educação infantil, séries iniciais do Ensino Fundamental. Tempo e espaço pedagógicos. Compreensão das estruturas curriculares e as organizações didático-metodológicas das séries iniciais do Ensino Fundamental. Implicações da ação pedagógica nas interações entre docentes, crianças e comunidade.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
OLIVEIRA, Raquel Gomes. Estágio supervisionado : horas de parceria escola-universidade. Jundiaí: Paco, 2011.
PICONEZ, Stela C. B. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 15. ed. Campinas: Papirus, 2008.
PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
Complementar:
ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido. (Orgs.). Estágios supervisionados na formação docente . São Paulo: Cortez, 2015.
BIANCHI, Ana Cecília de Moraes; BIANCHI, Marina Alvarenga Roberto. Manual de orientação : estágio supervisionado. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
COELHO, Leni Rodrigues; SILVEIRA, Cristiane da; BEZERRA, Rita de Cassia E. M. (Orgs.). Formação docente, estágio supervisionado e práticas pedagógicas . Jundiaí: Paco editorial, 2016.

71

GHUEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elizângela Silva de; ALMEIDA, Washington Aguiar de. Estágio com pesquisa . São Paulo: Cortez, 2015.
ZABALZA, Miguel A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária . São Paulo: 2014.

8º SEMESTRE

ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
Ementa: O trabalho coletivo como princípio do processo educativo. Projeto Político Pedagógico. Compreender as concepções que fundamentam as Teorias das Organizações, da Administração Escolar e da organização do trabalho administrativo-pedagógico. Relações de poder no cotidiano da escola e suas implicações no trabalho pedagógico.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
LUCK, Heloisa. Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
VEIGA, Ilma Passos Alencar. (Org.). Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. 29. ed. Campinas: Papirus, 2016.
Complementar:
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. Política e gestão da educação . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 22. ed. São Paulo: Libertad, 2012.
VEIGA, Ilma Passos; FONSECA, Marília. (Orgs.). As dimensões do Projeto Político Pedagógico: novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.
VEIGA, Ilma Passos; RESENDE, Lúcia Maria G. Escola: espaço do projeto crítico pedagógico. Campinas: Papirus, 2013.

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
Ementa: A disciplina fundamenta, reflete e analisa a gestão educacional a partir dos pressupostos do Estado Moderno no Brasil. O papel da gestão democrática nos sistemas municipais, estaduais e do sistema federal e no nível escolar. Foco na importância da participação e das ações coletivas nas equipes pedagógicas - aqueles que atuam em favor da gestão democrática. Organização e Gestão da Escola. A escola como organização aprendente.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
RAMOS, Inajara Vargas. Coordenação pedagógica . Porto Alegre: Feevale, 2008.
VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. São Paulo: Libertad, 2000.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2004.
Complementar:
BONDIOLI, Ana. (Org.). O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada. Campinas: Autores Associados, 2004.
GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís Armando. Temas para um Projeto Político-Pedagógico . Vozes: São Paulo, 2014.

72

Ementa: Reflexões teórico-práticas sobre a Gestão Educacional, história e concepções. Análise contextual e caracterização dos processos organizativos das instituições de Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Componentes da Gestão Educacional. Gestão Democrática. Implicações da ação pedagógica nas interações entre gestores, docentes, crianças e comunidade.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
OLIVEIRA, Raquel Gomes. Estágio supervisionado: horas de parceria escola-universidade. Jundiaí: Paco, 2011.
PICONEZ, Stela C. B. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 15. ed. Campinas: Papirus, 2008.
PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
Complementar:
ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido. (Orgs.). Estágios supervisionados na formação docente . São Paulo: Cortez, 2015.
BIANCHI, Ana Cecília de Moraes; BIANCHI, Marina Alvarenga Roberto. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
COELHO, Leni Rodrigues; SILVEIRA, Cristiane da; BEZERRA, Rita de Cassia E. M. (Orgs.). Formação docente, estágio supervisionado e práticas pedagógicas . Jundiaí: Paco, 2016.
GHUEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elizângela Silva de; ALMEIDA, Washington Aguiar de. Estágio com pesquisa . São Paulo: Cortez, 2015.
ZABALZA, Miguel A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária . São Paulo: 2014.

ELETIVAS

ELETIVA I – LITERATURA INFANTIL
Ementa: Leitura: natureza e funções. Leitor: motivação e interesse de leitura. Literatura infantil. Discussões sobre o gênero e o panorama histórico da literatura infantil. Formas literárias: características. Produção literária atual. Pesquisa escolar e biblioteca. A prática da leitura na biblioteca.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
COSTA, Marta Moraes. Metodologia do ensino da literatura infantil . Curitiba: IBPEX, 2007.
FLÓRES, Onice Claro. (Org.). Ensino da língua e literatura: alternativas metodológicas. Canoas: ULBRA, 2001.
AGUIAR, Vera Teixeira de. (Coord.). Era uma vez...na escola: formando educadores para formar leitores. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.
Complementar:
BAMBERGER, Richard. Como incentivar o hábito de leitura . São Paulo: Cultrix, 2004.
COLOMER, Teresa. A formação de leitor literário . São Paulo: Global, 2003.
MARTINS, Maria Helena. O que é leitura . São Paulo: Brasiliense, 2002.
THURCHILL, Maria Zaira; SILVA, Vera Maria Tietzmann. (Orgs.). Leitor formado, leitor em formação: leitura literária em questão. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.
ZOTZ, Werner; CAGNETTI, Sueli. Livro que te quero livre . Florianópolis: Letras Brasileiras, 2005.

ELETIVA II - PEDAGOGIAS DA INFÂNCIA
Ementa: A Educação Infantil e seu desenvolvimento no contexto das políticas educacionais atuais, suas instituições e propostas. Finalidades, funções sociais e organização da Educação Infantil. Concepção de infância, família e sua historicidade. A relação da família com as organizações educativas infantis: formais e não-formais. Alternativas pedagógicas para a Educação Infantil.
BIBLIOGRAFIAS

74

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.
VEIGA, Ilma Passos A.; FONSECA, Marília. (Orgs.). As dimensões do Projeto Político-Pedagógico . São Paulo: Papirus, 2001.
VEIGA, Ilma Passos A.; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Papirus, 2015.

GESTÃO ESCOLAR. GESTÃO DEMOCRÁTICA
Ementa: Democratização da educação no Brasil e gestão democrática da educação. A gestão democrática na legislação. Gestão democrática no sistema de ensino público do Estado de Mato Grosso. Gestão democrática como política pública: formas de participação na gestão dos sistemas educacionais.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
FERREIRA, Naura Syria C.; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs.). Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.
OLIVEIRA, Dalila A. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997.
Complementar:
BARROSO, João. Autonomia e gestão das escolas . Rio de Janeiro: FGV, 2001.
CUIABÁ. Lei de Gestão Democrática: Lei nº 5.956 de 26 de junho de 2015. Disponível em: <http://sintepca.org.br/municipal/lei-n-5956-de-26-de-junho-de-2015-lei-de-gestao-democratica,1196>. Acesso em: 28 mai. 2017.
CUNHA, Luiz Antônio. Educação, estado e democracia no Brasil . 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.
PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública . 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.
ROSA, Clóvis. Gestão estratégica escolar . Petrópolis: Vozes, 2004.

METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO
Ementa: Compreensão dos elementos básicos do processo de investigação. Abordagens da pesquisa em educação: pressupostos, métodos e prática. Delineamentos científicos: estudo de caso, estudo etnográfico e pesquisa-participante; Pré-projeto de pesquisa. Histórico da pesquisa com ênfase da realidade educacional brasileira. Pesquisa e ciência.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
ANDRÉ, Marli. (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . 4. ed. Campinas: Papirus, 2005.
GATTI, Bernadete Angelina. A construção da pesquisa em educação no Brasil . Brasília: Plano, 2002. (Série Pesquisa em Educação, v. I).
MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. O processo de pesquisa: iniciação. Brasília: Plano, 2002. (Série Pesquisa em Educação, v. II).
Complementar:
ANDRÉ, Marli. Etnografia da prática escolar . 14. ed. Campinas: Papirus, 2014.
BECKER, Fernando. Educação e construção do conhecimento . Porto Alegre: Artmed, 2001.
FAZENDA, Ivani Catarina. Novos enfoques da pesquisa educacional . São Paulo: Cortez, 2008.
GRAY, David. E. Pesquisa no mundo real . Porto Alegre: Penso, 2012.
SZYMANSKI, Heloisa. A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva. Brasília: Plano, 2002. (Série Pesquisa em Educação, v. IV).

ESTÁGIO IV – GESTÃO EDUCACIONAL

73

Básica:
DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter, PENCE, Alan. Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.
FARIA, Ana Lucia Goulart de; MELLO, Suely Amaral. (Orgs.). Territórios da infância: linguagens, tempos e relações para uma pedagogia para as crianças pequenas. Araraquara: Junqueira&Marin, 2007.
KRAMER, Sonia. Profissionais de educação infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.
Complementar:
BARBOSA, Maria Carmem. Projetos pedagógicos na Educação Infantil . Porto Alegre: Artmed, 2008.
SILVA, Isabel de Oliveira. Profissionais da Educação Infantil: formação e construção de identidades. São Paulo: Cortez, 2003.
OLIVEIRA, Vera Barros. O brincar e a criança do nascimento aos seis anos . Petrópolis: Vozes, 2000.
OLIVEIRA, Zilma Ramos. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2010.
JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. Linguagens geradoras: seleção e articulação de conteúdos na Educação Infantil. Porto Alegre: Mediação, 2005.

ELETIVA III - ELABORAÇÃO DE PROJETOS
Ementa: O trabalho com a Pedagogia de Projetos. Visão interdisciplinar. Metodologia do trabalho com a pedagogia de projetos. Estrutura, etapas e montagem de um projeto em educação. A pedagogia de projeto como possibilidade prática da interdisciplinaridade.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
ARAÚJO, Ulisses F. Temas transversais: pedagogia de projetos e mudanças na educação. São Paulo: Summus, 2014.
NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Pedagogia dos projetos: etapas, papeis e atores. São Paulo: Érica, 2006.
QUEIROZ, Tânia Dias. Pedagogia de projetos interdisciplinares: uma proposta de construção do conhecimento a partir de projetos. Recife: Rideel, 2001.
Complementar:
FONSECA, Lúcia Lima de. O universo da sala de aula: uma experiência em pedagogia de projetos. Porto Alegre: Mediação, 2006.
HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. Organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
MACHADO, Nilson José. Educação: projetos e valores. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.
MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. A pedagogia do êxito: projetos de resultado. São Paulo: Vozes, 2004.
NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar. Araraquara: Érica, 2001.

ELETIVA IV – ÉTICA PROFISSIONAL
Ementa: Reflexão-crítica dos conceitos de Ética e Cidadania e a relação entre eles. Vivência da ética na família, na escola e no convívio social. Valores morais e não morais. Justiça e igualdade social. Conhecer como se processa a vivência da cidadania para que cada um possa ter consciência do seu SER no mundo.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
APAP, Georges; et al. A construção dos saberes e da cidadania: da escola à cidade. Porto Alegre: Artmed, 2002.
CHRAIM, Albertina de Mattos. Família e escola: a arte de aprender para ensinar. Rio de Janeiro:

75

Wak, 2009.
MATTOS, Ailton Pozo de. Ética e responsabilidade profissional . Curitiba: IESDE, 2012.
Complementar:
CONTE, Sueli Bravi. Re-novações : família, escola e comunidade, uma ponte na formação do novo indivíduo. São Paulo: Vetor, 2004.
CROCETTI, Zeno. Ética e cidadania . Curitiba: IESDE, 2009.
GOMES, Antônio Máspoli de Araújo; et al. Um olhar sobre ética & cidadania . São Paulo: Mackenzie, 2002.
KIPPER, Délio José. (Org.). Ética, teoria e prática : uma visão multidisciplinar. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
PINHO, Sheila Zambello de. Formação de educadores : o papel do educador e sua formação. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ELETIVA V – BRINQUEDOTECA E CONSTRUÇÃO DE JOGOS DIDÁTICOS
Ementa: A contribuição da Brinquedoteca no desenvolvimento da imaginação, da criatividade, da comunicação e da expressão da criança. Planejamento e desenvolvimento do projeto da construção de brinquedos e jogos. A importância dos jogos didáticos como objeto de prazer para a criança. Análise e funcionalidade do jogo e sua adaptação para os diferentes usos.
BIBLIOGRAFIAS
Básica:
FRIEDMANN, Adriana. O desenvolvimento da criança através do brincar . São Paulo: Moderna, 2006.
OLIVEIRA, Vera Barros de. O brincar e a criança do nascimento aos seis anos . Petrópolis: Vozes, 2001.
TEIXEIRA, Sirlândia. Jogos, brinquedos, brincadeiras e brinquedoteca . Rio de Janeiro: Wak, 2010.
Complementar:
AZEVEDO, Antonia Cristina Peluso de. Brinquedoteca no diagnóstico e intervenção em dificuldades escolares . São Paulo: Alínea, 2011.
EVER, Diane; et al. Einstein teve tempo para brincar . Rio de Janeiro: Guarda Chuva, 2006.
LORO, Alexandre Paulo. Formação de professores e representações sobre o brincar . São Paulo: Ícone, 2010.
QUINTEIRO, Jucirema; CARVALHO, Diana de. Participar, brincar e aprender: exercitando os direitos da criança na escola . Araraquara: Junqueira&marin, 2007.
SANTOS, Santa Marli Pires dos. O brincar na escola : metodologia lúdico-vivencial. Petrópolis: Vozes, 2010.

APÊNDICE B – Regulamento de Atividades Teórico-Práticas

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Este regulamento normatiza as Atividades Teórico-Práticas que integram a estrutura curricular do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior Pelégrino Cipriani (FASPEC).

CAPÍTULO II DAS ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS

76

- II – A estrutura curricular propõe, mas não obriga, a realização de 50 horas em cada um dos quatro semestres iniciais do curso;
- III – O aluno deverá realizar atividades em, ao menos, quatro categorias dentre as listadas no art. 4º;
- IV – Para efeito de integralização da carga horária das Atividades Teórico-Práticas, serão validadas, no máximo, 50 horas por categoria de atividade, dentre as listadas no art. 4º.

Art. 7º A validação das atividades realizadas para integralização da carga horária das Atividades Teórico-Práticas considerará a conformidade das mesmas com a lista especificada no art. 4º e apurará a carga horária apenas das que atenderem ao critério de conformidade.

Parágrafo Único – Compete ao Colegiado de Curso indicar um ou mais docentes ou funcionários da FASPEC para realizar a supervisão das Atividades Teórico-Práticas.

Art. 8º No mínimo uma vez ao ano, mediante comunicado público, a Coordenação do Curso fará chamada para a apresentação de documentos com vistas à validação das atividades realizadas e já finalizadas.

§ 1º A Coordenação de Curso proverá formulário padrão com:

- I – requerimento de validação das atividades;
- II – quadro síntese das atividades realizadas, por categoria e com coluna para indicação da carga horária da atividade;
- III – indicação do número de documentos entregues.

§ 2º O aluno poderá solicitar a validação das atividades realizadas apenas quando houver integralizado as 200 horas de Atividades Teórico-Práticas e até o final do 7º semestre do curso;

§ 3º Ao aluno que houver cumprido a carga horária completa, respeitado o que estabelece o Inciso IV do art. 6º, será devolvida a documentação apresentada, acompanhada de declaração de realização do componente curricular e a Secretaria Acadêmica será informada, pela Coordenação de Curso, para proceder a devida anotação no histórico escolar do aluno;

§ 4º O aluno que não lograr validação de 200 horas de Atividades Teórico-Práticas receberá a documentação entregue, acompanhada de diligência, por escrito, especificando o que resta a realizar e em qual prazo, a fim de que, após o cumprimento das diligências, possa, novamente, solicitar a validação das atividades realizadas.

§ 5º Na hipótese de que a validação das atividades não atinja as 200 horas regulamentares, o procedimento prévio será repetido.

Art. 9º Para o cômputo das horas de atividades complementares que estiverem em conformidade com as categorias relacionadas no art. 4º são adotados os seguintes procedimentos:

- I – Atribuição da carga horária constante na declaração, certificado ou documento similar, até o limite de 50 horas por atividade, situação na qual uma única atividade realizará a carga horária de uma categoria de atividade;
- II – Para atividades enquadradas na alínea IX do art. 4º serão atribuídas 50 hora por publicação;
- III – Para atividades enquadradas na alínea X do art. 4º serão atribuídas 20 horas por publicação;
- IV – Para atividades enquadradas nas alíneas XI e XII do art. 4º serão atribuídas 20 horas por semestre de atividade;

78

Art. 2º As atividades teórico-Práticas objetivam possibilitar a especialização da formação profissional e cidadã do aluno, estimulando-o à realização: de conhecimentos e práticas educativas escolares e não escolares, de trabalho social voluntário, de atividades educativo-culturais, artísticas, científicas e acadêmicas.

§ 1º – Ao escolher a atividade a realizar, o aluno deve considerar sua contribuição à complementação de sua formação para o exercício profissional e para a cidadania.

§ 2º – O aluno, antes de se decidir pela realização de determinada atividade, poderá solicitar orientação à Coordenação de Curso ou Supervisão de Atividades Teórico-Práticas com relação à adequação das mesmas ao cumprimento das Atividades Teórico-Práticas.

Art. 3º As Atividades Teórico-Práticas proveem flexibilidade ao itinerário formativo e, concomitantemente, possibilitam, ao aluno, autonomia e responsabilização pela aprendizagem autônoma.

Art. 4º As Atividades Teórico-Práticas, em consonância com as orientações do PPC, incluem-se nas seguintes categorias:

- I – Trabalho educativo em unidades de educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e na EJA, etapa ensino fundamental;
- II – Trabalho educativo em unidades de educação não escolares, preferivelmente destinado a crianças;
- III – Trabalho social voluntário de natureza educativa;
- IV – Organização ou realização de atividades de natureza formativa em eventos educativo-culturais;
- V – Organização ou realização de atividades artísticas, destinadas ao público, nas áreas das artes visuais, dança, música e teatro;
- VI – Organização ou participação como ministrante em cursos, minicursos, oficinas, ciclo de palestras ou eventos similares;
- VII – Participação, sem apresentação de trabalho, em congressos, seminários ou eventos similares, sejam científicos, acadêmicos, culturais ou profissionais;
- VIII – Apresentação de trabalho em congressos, seminários ou eventos similares de natureza científica, acadêmica, cultural ou profissional;
- IX – Publicação em periódicos especializados da área da educação;
- X – Publicação de natureza educativa em revistas ou jornais;
- XI – Representação discente em órgão acadêmico, comissões do curso, da FASPEC ou em comissão de órgão de sistema educacional de ensino;
- XII – Participação em diretoria de entidades estudantis;
- XIII – Outras, a critério da Coordenação de Curso.

Art. 5º As Atividades Teórico-Práticas têm carga horária de 200 horas.

CAPÍTULO III DA REALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS

Art. 6º Quanto à realização das Atividades Teórico-Práticas:

- I – O aluno poderá realizá-las após a matrícula e até a integralização do curso;

77

V – Para situações não previstas nas alíneas I a IV deste artigo, caberá à Supervisão de Atividades Complementares, decidir a carga horária a ser atribuída à atividade.

§ 1º Atividades em desconformidade com as categorias relacionadas no art. 4º não serão consideradas para efeitos de cumprimento das Atividades Teórico-Práticas;

§ 2º Não haverá restrições a cursos feitos na modalidade de EaD;

§ 3º Em situação de dúvidas quanto à idoneidade de concedente de certificação de realização de atividade ou, ainda, por outros gêneros de dúvidas, a Supervisão de Atividades Teórico-Práticas, ouvido o aluno, poderá desconsiderar a atividade para efeito de cumprimento da carga horária das Atividades Teórico-Práticas;

§ 4º Da decisão do parágrafo precedente, cabe recurso, justificado, ao Colegiado de Curso.

§ 5º Aluno ingressante no curso de Pedagogia, por transferência, quando for o caso, terá aproveitadas as Atividades Teórico-Práticas realizadas na Instituição de origem e receberá, da Coordenação de Curso, plano para realizar a complementação da carga horária, respeitando, no que possível, o estabelecido neste Regimento.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º Compete à Coordenação de Curso:

- I – resolver os casos omissos neste Regulamento e interpretar suas disposições;
- II – tomar todas as medidas necessárias à realização, com eficácia formativa, das Atividades Teórico-Práticas;
- IV – tomar todas as medidas necessárias ao cumprimento deste Regulamento.

Parágrafo Único – Das decisões da Coordenação de Curso, cabe recurso, justificado, ao Colegiado de Curso.

Art. 11 Alterações neste Regulamento podem ser propostas, à Coordenação de Curso, por docentes ou discentes.

§ 1º As propostas de alteração do Regulamento, após parecer do NDE, serão submetidas à aprovação do Colegiado de Curso. Se julgadas pertinentes serão encaminhadas à homologação do Conselho Superior da FASPEC.

§ 2º Toda alteração neste Regulamento vigorará a partir do semestre subsequente ao da data de aprovação.

Art. 12 Este Regulamento entra em vigor na data de aprovação do PPC, do qual faz parte.

79